



RELATÓRIO SOBRE A CONSULTA PÚBLICA NO IICT REFERENTE ÀS ORIENTAÇÕES PARA A REFORMA DOS LABORATÓRIOS DO ESTADO

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

2. O IICT NAS ORIENTAÇÕES PARA REFORMA DOS LABORATÓRIOS DE ESTADO

2.1 INCREMENTAR A ESPECIFICIDADE TROPICAL

2.2 MANUTENÇÃO DE INTEGRIDADE - SINERGIAS ENTRE AS 3 COMPETÊNCIAS NUCLEARES E REORGANIZAÇÃO DE ÁREAS CIENTÍFICAS

2.3 REFORMULAR O ESQUEMA DE FINANCIAMENTO

2.4 ACELERAR A REDUÇÃO DA DISPERSÃO GEOGRÁFICA

2.5 REFORÇAR A LIGAÇÃO A OUTROS LE E INSTITUIÇÕES – INCLUSÃO NOS CONSÓRCIOS BIOPOLIS E CORNEA

3. *BENCHMARKING* DO IICT ATRAVÉS DO RELATÓRIO GIT

4. CONCLUSÕES – O PLANO 2007 NO CONTEXTO DAS ORIENTAÇÕES DO CM

4.1 ENQUADRAMENTO DO PA2007

4.2 ESTRUTURA DO IICT – PA2007 – RELATÓRIO GIT 2006

ANEXOS

A. A REFORMA DOS LABORATÓRIOS DE ESTADO – DOCUMENTOS EM DISCUSSÃO PÚBLICA

A.1 RELATÓRIO GIT 2006 – MEDIDAS GERAIS

A.2 RELATÓRIO GIT 2006 – OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS AO IICT

A.3 PROPOSTA DO CONSELHO DE MINISTROS (CM, 29-06-06)

B. DOCUMENTOS DESCRITIVOS DOS RESULTADOS DAS VÁRIAS INICIATIVAS TOMADAS PELO IICT NO ÂMBITO DA CONSULTA PÚBLICA

B.1 REUNIÃO SUS EM OEIRAS - CONSÓRCIO BIOPOLIS

B.2 REUNIÃO MEM E PAT – RESTRUTURAÇÃO

B.3 REUNIÃO SUS/TER – RESTRUTURAÇÃO E CONSÓRCIOS BIOPOLIS, CORNEA E OUTROS

B.4 OPINIÕES ENVIADAS PARA O SITE DO IICT

B.5 NOTA SOBRE A REUNIÃO GERAL DE TODOS OS FUNCIONÁRIOS E COLABORADORES
DOCUMENTO SOBRE A CONCENTRAÇÃO DE MORADAS
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO E RESPOSTA DO INSTITUTO

C. QUADROS DE ANÁLISE COMPARATIVA DO IICT EM RELAÇÃO AOS OUTROS LE

D. DOCUMENTOS INTERNOS

D.1. DESPACHO Nº 9 DE 3 DE JULHO DE 2006 DO PRESIDENTE DO IICT

D.2 NOTA SOBRE A 46ª REUNIÃO DE DIRECÇÃO, DE 28 DE JULHO DE 2006

INTRODUÇÃO

Este documento analisa a posição do IICT na reforma dos Laboratórios de Estado, tendo como base a proposta pelo Conselho de Ministros de 29 de Junho de 2006, (CM, 29-06-06), a qual consiste num conjunto de orientações baseadas nas recomendações do Grupo Internacional de Trabalho (GIT). É apresentada a forma como o Instituto interpreta a aplicação das indicações que lhe são especificamente atribuídas e como pretende apoiar a sua implementação.

Para elaboração desta resposta, foram tomadas, durante o período de consulta pública, diversas iniciativas por parte da direcção do Instituto, com o fim de redigir uma opinião que possa tanto quanto possível representar todas as partes interessadas. Neste contexto, tiveram lugar diversas reuniões, nas quais os grupos participantes, tiveram oportunidade de se pronunciar, enfatizando preocupações específicas inerentes aos vários sectores, relacionadas com as três competências nucleares: SUS, MEM e PAT. De uma forma mais específica, o processo de consulta pública no IICT incluiu os seguintes passos (os documentos indicados encontram-se reproduzidos no Anexo B):

- Criação no site do IICT de um espaço de discussão aberto a todos os funcionários (10-07-07) <http://www.iict.pt/pgn/pagpgn/vcgr01xx.asp?cod=30>
- Reunião da Competência Nuclear SUS (20-07-07) em Oeiras
Discussão da contribuição do SUS no BIOPOLIS e no CORNEA
<http://www.iict.pt/revista/rev01/vrev0102.asp?vnumnot=396>
- Reunião das Competência Nucleares MEM e PAT (21-07-07)
Reestruturação do MEM e do PAT no contexto da avaliação
<http://www.iict.pt/revista/rev01/vrev0102.asp?vnumnot=396>
- Reunião do Programa TER (26-07-07)
Discussão da contribuição do TER nos consórcios BIOPOLIS e CORNEA
<http://www.iict.pt/revista/rev01/vrev0102.asp?vnumnot=401>
- Reunião Geral (27-07-07)
Apresentação das orientações indicadas ao Instituto no âmbito da Reforma dos LE e do resultado das várias consultas efectuadas durante o processo e que fazem parte deste Relatório
<http://www.iict.pt/revista/rev01/vrev0102.asp?vnumnot=401>

Este relatório, da autoria do grupo de trabalho nomeado pelo despacho nº 9, de 3 de Julho (reproduzido no anexo D1) e aprovado na 46ª reunião da direcção (nota reproduzida no anexo D2), realizada em 28 de Julho, desenvolve a apresentação em PowerPoint apresentada na reunião geral de funcionários e colaboradores realizada em 27 de Julho, após o ponto de situação sobre a concentração de moradas. O relatório é baseado nos documentos acima citados, incluindo ainda um conjunto de quadros, reproduzidos no anexo C, onde se compara o IICT com os restantes Laboratórios de Estado de acordo com os dados apresentados no GIT, comentando, quando necessário, a respectiva definição.

2. O IICT NAS ORIENTAÇÕES PARA REFORMA DOS LE

A forma como o IICT se encontra apresentado em ambos os documentos (Relatório GIT e CM, 29-06-06), foi considerada como incentivadora, na medida em que lhe foi reconhecida a integridade institucional e o esforço que tem sido efectuado para o tornar numa instituição rejuvenescida e competitiva, nomeadamente através do recente reagrupamento das diversas actividades herdadas do seu passado ainda recente.

É apresentada nesta secção a análise detalhada dos comentários efectuados ao IICT, podendo-se desde já afirmar, com base nas consultas internamente efectuadas, que foram reconhecidos os recentes esforços institucionais de implementação da reforma interna ainda a decorrer. Admitindo que ainda muito está por fazer, disponibiliza-se a apoiar a implementação das medidas julgadas necessárias para tornar o IICT um instrumento dinamizador, nomeadamente no âmbito de associações que permitam otimizar os meios que suportem um melhor cumprimento da sua missão, clarificada pela Lei Orgânica de 2003 e pelo Regulamento Interno de 2005.

A apreciação que foi feita ao IICT concentra-se fundamentalmente nas 5 recomendações:

1. Incrementar a especificidade tropical
2. Manutenção de integridade fundamentada em sinergias entre as 3 competências nucleares
3. Reformular o esquema de financiamento
4. Acelerar a redução da dispersão geográfica
5. Reforçar ligação a outros LE e Instituições – consórcios BIOPOLIS, CORNEA e outros

2.1 INCREMENTAR A ESPECIFICIDADE TROPICAL

Segundo o GIT 2006:

- Deve existir clara identificação, nos países tropicais, de utilizadores dos resultados produzidos pelas Actividades do IICT, os quais devem fazer parte integrante das equipas que desenvolvem actividade científica.
- Deve-se proceder à concentração da actividade em aplicações exclusivamente tropicais, devendo abandonar acções orientadas para o território nacional.
- O IICT deve também contar com o apoio governamental em termos de reforço e clarificação da sua missão como instrumento das relações externas portuguesas.

O IICT tem um elevado número de parcerias estabelecidas com os países tropicais, incentivando particularmente as acções em benefício dos países da CPLP. Uma das medidas deste incentivo, consiste na identificação dos institutos homólogos noutros países da CPLP com as quais se deverá estabelecer relações preferenciais, algumas já bem definidas, no intuito de facilitar a organização e estabelecimento de actividades em comum, que possam apoiar o desenvolvimento desses países, sobretudo através da difusão do conhecimento e da capacitação local.

Foi entretanto manifestada preocupação por parte dos investigadores no sentido em que, apesar de reconhecida a necessidade da incidência da sua actividade nos países tropicais, casos há em que esta não poderá ser totalmente exclusiva, para benefício da

excelência de algumas das temáticas implementadas no IICT. Deve-se ainda ter em atenção a dificuldade de atracção de financiamento para aplicações tropicais, por exemplo no âmbito dos concursos da FCT.

Admitindo que no recente *Compromisso com a Ciência*, em que o IICT manifestou interesse em contratar 17 doutorados, a FCT esteja mais voltada para o desenvolvimento, o certo é que a tensão entre investigação e desenvolvimento se verifica na maioria das instituições congéneres, nomeadamente na Europa, não sendo óbvio como a superar. O modelo sueco de fusão entre o equivalente do IICT e do IPAD, dando destaque maior à dimensão do conhecimento do que é habitual mesmo entre os membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, não parece aplicável a Portugal.

Até por isso, a direcção do IICT tem encorajado a incidência das acções no âmbito tropical, com a pretensão que, durante um período de transição, se vão criando cada vez mais as condições para o tornar uma instituição com reconhecida vocação tropical. O enquadramento do Plano para 2007 (conforme é detalhado em 4), ilustra esse esforço, dando a maior ênfase à colaboração com os outros países da CPLP e muito especialmente com o secretariado daquela organização, que é membro permanente do Conselho de Orientação do IICT. É com as instituições homólogas destes países que se deverão estabelecer relações preferenciais, devendo começar-se por identificar essas mesmas instituições.

2.2 MANUTENÇÃO DE INTEGRIDADE - SINERGIAS ENTRE AS 3 COMPETÊNCIAS NUCLEARES E REORGANIZAÇÃO DE ÁREAS CIENTÍFICAS

De acordo com o GIT 2006:

- **Reforço ou reconversão de áreas científicas**, implicando a continuidade da reforma interna, de forma a concentrar esforços em áreas pertinentes em que o IICT possa dar provas de excelência.
- **Manutenção da integridade** – componentes históricas devem beneficiar de sinergias com as actividades de investigação.

Desde a apresentação do Relatório ZEN ao GIT e ao PRACE, o IICT tem dado continuidade à análise e reestruturação das suas actividades, de forma a otimizar e simplificar a sua estrutura orgânica. Esta recente remodelação encontra-se reflectida no Plano 2007 (PA2007), conforme se explica em 4.

As alterações que entretanto se têm vindo a implementar incidem nas três competências nucleares, nomeadamente em MEM bem como no Programa TER (secção 2.5). A forma como a reorganização das actividades pretende prosseguir está detalhadamente descrita em 4.2, assim como as sinergias que se estabelecem entre as 3 competências nucleares. Nessa secção, descreve-se ainda a forma como o IICT continua a simplificar a sua estrutura e interliga todas as suas valências, justificando a sua integridade através do reforço das sinergias entre as diversas componentes que o constituem.

No que diz respeito às sinergias que se devem estabelecer entre património histórico e investigação, a chamada *Iniciativa portuguesa de promoção do acesso ao património do IICT* por parte da CPLP, é uma aposta estratégica deste LE, que implica a confluência de áreas de estudo entre MEM e PAT, com projectos direccionados para os países da CPLP e para a cooperação portuguesa. Respeitando as metodologias próprias dos domínios científicos e dos procedimentos técnicos usados nestas duas competências

nucleares, a articulação entre ambas tem especial interesse para os investigadores das Ciências Sociais. Enquanto PAT trata os acervos de forma a preservá-los e disponibilizá-los, sendo imprescindível para a validação dos trabalhos científicos, os projectos em desenvolvimento de MEM apoiam-se em PAT, nomeadamente na inventariação e tratamento do património do IICT.

Outra iniciativa em que se procura estabelecer sinergias entre PAT e MEM é a realização da VIII Reunião da Comissão Bilateral Luso-Brasileira para a Salvaguarda e Divulgação do Património Documental (COLUSO), a realizar no AHU, em Novembro de 2007, que beneficiará da colaboração com a Associação Científica Espaço Lusófono de Antigo Regime (MEM), no contexto das comemorações do bicentenário da transferência da Corte portuguesa para o Brasil.

Decorre assim da reestruturação de MEM uma ligação mais íntima entre, por um lado AHU e PAT em geral e os historiadores afectos aos programas HIST e SOC, um pouco na linha do que se verifica desde o despacho nº 17/2005 de 28 de Julho, entre o Jardim Tropical e o programa BIO.

A divulgação e o conhecimento do acervo do IICT tem tudo a beneficiar do fortalecimento das ligações entre as Competências Nucleares MEM e PAT, a qual pode ainda promover áreas específicas de contacto entre patrimónios coloniais associando-se quando pertinente ao tratamento e difusão de colecções científicas do SUS, como planeado no projecto de constituição de um Arquivo Científico Tropical, a complementar o AHU. Essa a função principal do programa interministerial (PI), que escora a relação entre as três Competências Nucleares e permitiu resolver em 2005 o destino do Museu de Etnologia, através de um protocolo com o Instituto Português de Museus, cujo director representa a Ministra da Cultura no Conselho de Orientação do IICT.

2.3 REFORMULAR O ESQUEMA DE FINANCIAMENTO DO IICT

A atracção de fundos tem que ser uma prioridade aproveitando a presença de instituições como o Banco Mundial e a Comissão Europeia, na Unidade de Acompanhamento do IICT, o IPAD que representa o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o ICEP que representa o Ministro da Economia, no Conselho de Orientação. Existem outras instituições nacionais e internacionais, nos órgãos externos do IICT que devem facilitar o financiamento de projectos, logo que fique estabelecida a credibilidade das intenções anunciadas quanto ao Plano de Actividades para 2007, cujo enquadramento foi aprovado pelo CO.UA, em 8 de Maio.

O IICT durante o seu passado recente desenvolveu parte da sua actividade científica, com um financiamento relativamente reduzido, baseado no próprio orçamento, tendo ainda no entanto sido abrangido pelo Programa para Reestruturação dos LE (1999-2002) que incidiu sobre o CIFC, AHU e alguns projectos desenvolvidos no âmbito do Reforço da Cooperação Directa com os países menos desenvolvidos da CPLP. Apesar de se ter vindo a implementar a necessidade de procura de financiamento através de candidaturas a concursos públicos, com maior incidência em concursos nacionais, há ainda um processo a decorrer de cativação de interesse por parte de outros tipos de organismos internacionais e privados. Para tal o IICT tem que incrementar a dinâmica e capacidade de proposta e gestão de candidaturas, apoiada na afirmação da

sua capacidade de execução de actividades científicas e de desenvolvimento e no reconhecimento e reafirmação da sua missão como organismo governamental para estabelecimento de relações preferenciais com os países tropicais.

2.4 ACELERAR A REDUÇÃO DA DISPERSÃO GEOGRÁFICA

Tem sido vastamente divulgado pelo próprio Instituto como problema prioritário a resolver, a manifesta dispersão geográfica que o caracteriza. Quando a presente direcção tomou posse, era tida como certa a possibilidade de concentrar muitos serviços do IICT no Palácio Burnay. No entanto, esta solução teve que ser abandonada uma vez que o piso inferior do referido Palácio foi reclamado pela Reitoria da UTL, estando a sua posse ainda a aguardar decisão do tribunal. Por essa razão, foi entretanto decidido que a redução de moradas seria baseada na eliminação de moradas periféricas. O IICT passaria a ser localizado no *Campus* Junqueira/Tapada, incluindo também o Pólo de Oeiras (a que se chama TROPOEIRAS na secção 4) e o Jardim Tropical. O processo de redução de moradas é complexo e polémico, implicando a deslocação de recursos humanos e patrimoniais e respectiva optimização dentro da nova estrutura do IICT, uma vez que as antigas moradas reflectem ainda largamente a antiga orgânica e mesmo chefias há muito substituídas mas que perduram nos procedimentos adoptados e até nas pertenças dos funcionários e investigadores. Para detalhe sobre este assunto ver Anexo B.5. <http://www.iict.pt/revista/rev01/vrev0102.asp?vnumnot=403>

2.5 REFORÇAR LIGAÇÃO A OUTROS LE E INSTITUIÇÕES – INCLUSÃO NOS CONSÓRCIOS BIOPOLIS, CORNEA E OUTROS

A principal medida proposta pela avaliação GIT 2006, consiste na concretização, através de Consórcios, da procura de partilha de recursos e de conhecimento com outros LE e instituições, que se devem associar com o fim de otimizar o desenvolvimento de temáticas, cabendo ao IICT os assuntos relacionados com os países tropicais. Neste contexto, de entre os 5 Consórcios criados pelo CM, 29-07-07, a actividade do IICT/SUS insere-se nos Consórcios BIOPOLIS e CORNEA. Nesta secção procede-se à apresentação da forma como o IICT entende que pode e deve contribuir para a sua implementação e dinamização desses consórcios.

- **Participação do IICT/SUS no consórcio BIOPOLIS (Anexo B.2)**

No relatório do GIT 2006, é proposta a criação do consórcio BIOPOLIS no *Campus* de Oeiras, que deverá integrar o futuro Laboratório de Recursos Biológicos Nacionais (L-RBN) - resultante da junção do INIAP, LNIV, e valências da DGPC e do INETI – com o IICT, “na sua vertente de agricultura tropical e ciências biológicas” (essencialmente a competência nuclear SUS) assim como instituições a convidar relacionadas com *agro-food research* (nomeadamente o ITQB, IBET e IGC).

O IICT/SUS considera-se como um elemento dinamizador decisivo do BIOPOLIS porque, além de contribuir com actividade científica relevante para o consórcio, tem como atribuição fundamental o estabelecimento e desenvolvimento de acções com o exterior, nomeadamente com os países da CPLP, sendo a única instituição que pode iniciar imediatamente actividades no âmbito no Consórcio proposto. Esta função tem

sido várias vezes veiculada e fortalecida, destacando-se, para além do que se disse acima e do memorando incluído no anexo B.2 as seguintes referências:

- O IICT é a única instituição portuguesa no ECART-EEIG (European Consortium for Agricultural Research in the Tropics – European Economic Interest Grouping), congregando mais de 1600 investigadores com experiência em países tropicais. O ECART-EEIG foi criado em Novembro de 2004 e tem como missão fornecer capacidade e conhecimento científico europeu na área da investigação agrícola para o desenvolvimento, de uma forma acessível, e encorajar a coordenação efectiva das actividades de investigação na Europa.
- O IICT representa Portugal no Grupo Consultivo para a Investigação Agrícola Internacional (CGIAR), o qual consiste numa aliança de países, organizações internacionais e regionais e organizações privadas que apoiam 15 centros de investigação internacionais, 13 dos quais se encontram sediados em países em desenvolvimento. Permite a inserção e a internacionalização da comunidade científica nacional num quadro multilateral, ancorado no Banco Mundial, em domínios e questões de interesse relevante para a cooperação, nomeadamente com os países de expressão portuguesa. As actividades desenvolvidas pelos centros do CGIAR incidem sobre cinco áreas mestras, abrangidas pelas actividades desenvolvidas no IICT/SUS, como resultou das linhas de investigação entregues pelo IICT quando da visita do director do CGIAR em Fevereiro de 2006.

Concorrem assim as orientações do GIT 2006, com as fortes ligações existentes entre o IICT e as diversas instituições sediadas no Pólo de Oeiras, nomeadamente DGPC, EAN, ITQB, IGC e IBET, concretizadas sob a forma de projectos de investigação, partilha de equipamentos e infraestruturas, transferência de tecnologias e *know-how*, co-orientação de estagiários, mestrados, doutorandos e pós-doutorandos, para que o IICT/SUS se prepare desde já para participar no consórcio BIOPOLIS. No espírito que preside à ideia de lançamento dos consórcios, acresce ainda a ligação aos centros de investigação da Universidade, como referido no anexo B.2.

Propõe-se igualmente que as articulações no BIOPOLIS tenham como objectivo o uso comum e a maximização da eficiência de recursos materiais e humanos, assim como a procura comum (ainda que diversificada) de recursos financeiros externos às instituições que compõem o consórcio.

- **Participação do SUS/TER nos consórcios BIOPOLIS e CORNEA (Anexo B.4)**

O Consórcio CORNEA surge proposto no GIT 2006, com núcleo num novo Departamento do IM dedicado à previsão meteorológica, controlo sísmico e de uma forma mais geral, aos assuntos relacionados com os riscos naturais e estudos ambientais, envolvendo o IH, LNEC, IGM e IICT para aplicações em África, além de outras instituições que desenvolvam actividades no âmbito da Observação da Terra.

O IICT tem na sua Competência Nuclear SUS valências que podem ser dinamizadas através deste consórcio, com incidência nas aplicações referenciadas no relatório, mas que deverá ainda incluir outras vertentes relacionadas e existentes nas instituições identificadas. Acções que utilizam metodologias e conhecimentos científicos comuns têm possibilidade de encontrar neste Consórcio uma forma de melhor as desenvolver, sem duplicação de esforços e usufruindo de um incremento dos recursos humanos, os

quais são relativamente reduzidos no que diz respeito à representação das temáticas em causa nas instituições envolvidas.

O Programa Ambiente e Ciências da Terra (TER) surgiu na remodelação de 2004 como a junção dos antigos Departamentos de Ciências de Eng.^a Geográfica, de Ciências da Terra e de um ex-Centro do Departamento de Ciências Agrárias, num total de 7 ex-Centros. Este programa foi aquele que concentrou uma maior diversidade de temáticas no Instituto, tendo por essa mesma razão uma capacidade de intervenção mais abrangente. A plataforma comum evidente no Programa é a gestão e análise de informação geográfica ligadas preferencialmente a aplicações tropicais no âmbito das Ciências Agrárias e Ciências Biológicas incluídas no Consórcio BIOPOLIS.

A Comissão de Cartografia constituída em 1883 e que deu origem ao IICT, estando relacionada com a temática da representação geográfica do território colonial encontra-se presentemente representada no IICT/TER, através do património geográfico e de conhecimentos relacionados com o mesmo. No contexto do incentivo à associação com instituições afins o IICT-TER, com o intuito de melhor corresponder a solicitações por parte da CPLP, tem recentemente vindo a restabelecer contactos com as entidades responsáveis pela gestão de informação geográfica a nível nacional: o Instituto Geográfico Português (IGP) e o Instituto Geográfico do Exército (IGeoE). O IGP apesar de não ser LE tem carreira de investigação e em reuniões recentes estabeleceu com o IICT a intenção comum de trabalhar em aplicações que envolvem temáticas de interesse do CORNEA, nomeadamente no âmbito da cartografia temática de riscos e estudos ambientais, mas também contemplando outras consideradas preferenciais e até propostas pelos países da CPLP. A vertente de investigação do IGP e o IICT/TER acordaram no interesse de desenvolver, dentro das suas competências, acções comuns que encontrem contexto no consórcio, dispondo-se assim a contribuir para a implementação e dinamização do mesmo. Para mais informação nas diversas iniciativas tomadas pelo IICT e respectivas contribuições neste sentido ver Anexo B.4.

3. BENCHMARKING DO IICT ATRAVÉS DO RELATÓRIO GIT

Enumeram-se a seguir algumas das Tabelas do GIT, reproduzidas no Anexo C, salientando a posição do IICT relativamente ao conjunto dos LE. Para comodidade segue-se a ordem das tabelas.

TABELA 1.

A análise da tabela 1 permite-nos verificar que, na totalidade das despesas de I&D, o IICT representa (2001-2003) apenas cerca de 5% no conjunto dos LE. Em 2003, a quase totalidade destas despesas (99%) foram financiadas através de fundos estatais, contribuindo o orçamento de estado com 96%, quando no conjunto de todos os LE os valores são de 84% e 74%, respectivamente.

Os dados disponíveis sobre o financiamento obtido pelo IICT, através de instituições sem fins lucrativos, mostram que em 2001, embora baixos, representaram cerca de 12% do total dos LE.

Os fundos com origem no estrangeiro, que na tabela 5 do relatório GIT não estão claramente explícitos, são, no período considerado, praticamente inexistentes no IICT.

TABELA 2

O orçamento do IICT tem sofrido, nos últimos anos, uma acentuada descida, quer no que se refere ao financiamento de I&D (tabela 1), quer em termos globais em relação ao

orçamento de estado (OE) para C&T (figura 3.1 e tabela 2). Em 2001 representava cerca de 1% do OE e em 2006 reduziu-se quase para metade (0,6%). Vimos, pois, que embora o OE para a C&T tenha vindo a aumentar ao longo dos últimos anos, o orçamento do IICT tem evoluindo em sentido contrário.

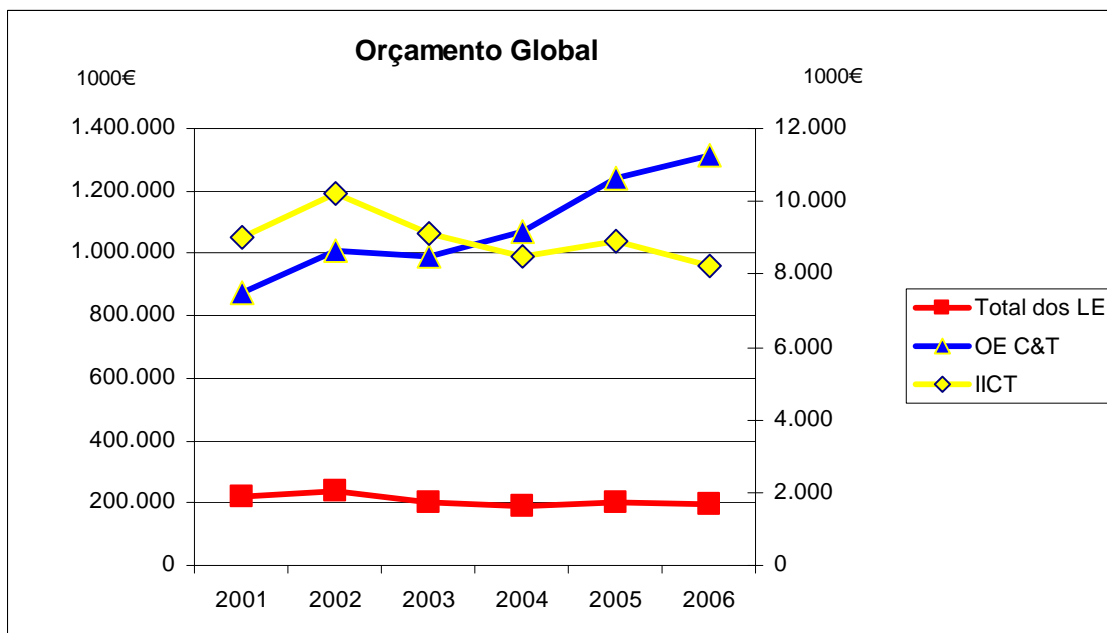


Figura 3.1 Gráfico comparativo da evolução do orçamento do IICT, OE para C&T e total dos LE

TABELA 3

O IICT tem sofrido nos últimos anos uma redução dos seus efectivos, que tem afectado significativamente os seus quadros técnicos e de investigação (tabela 3). Esta redução verifica-se quer em termos absolutos, quer em termos relativos à totalidade dos LE.

No período em estudo (2001-2003) esta perda de quadros foi compensada apenas no que se refere aos investigadores com um ligeiro aumento dos ETI's (90% para 92%), embora este valor ainda se encontra abaixo do apresentado pela totalidade dos LE.

TABELA 4

Entre 2001 e 2003 o IICT apresentou um decréscimo dos ETI's em todas os graus académicos, excepto no que se refere aos doutorados, o que, se por um lado, reflecte um investimento na formação dos seus investigadores, por outro mostra a não renovação dos quadros, com a não entrada de novos investigadores.

TABELA 5

A análise da tabela 5 permite-nos observar a elevada representatividade dos Investigadores auxiliares no quadro de investigadores do IICT que é devida ao congelamento que existe referente à abertura de concurso para progressão na carreira, facto que é nitidamente realçado através do número de vagas, na tabela 12 do relatório do GIT. A forte capacidade formativa do IICT é revelada nesta tabela através do significativo número de bolseiros, representando 24% dos bolseiros dos LE. Está-se a tentar obter informação acerca dos 9 supranumerários do IICT, de modo a poder comentar esse aspecto.

A análise feita na tabela 13 do relatório do GIT sobre a idade média do pessoal de investigação carece de significado estatístico, pelo menos em relação ao IICT, pois alguns dos grupos analisados são constituídos por um único ou por poucos elementos. Além disso, onde está 67 anos como idade média dos investigadores principais deveria estar 57 anos.

TABELA 6

Na tabela 6 está representada a produção científica dos LE, em termos de publicações. No que se refere ao IICT, e tendo em consideração os principais destinatários do seu trabalho, não é de estranhar a forte representatividade das publicações nacionais, particularmente no início do período em análise. Quanto às publicações internacionais, os valores do IICT estão próximos dos valores médios dos LE, representando cerca de 10% da totalidade, com excepção do ano de 2005 em que houve uma importante redução do número de publicações, embora no total das publicações essa redução não tenha sido tão significativa.

4. CONCLUSÕES - PA 2007 NO CONTEXTO DAS ORIENTAÇÕES DO CM

O IICT tem vindo a implementar uma cultura de autoavaliação, iniciada pela presente direcção nos termos da lei orgânica de 2003, e concretizada no relatório para o CRIP em Maio de 2004 e no relatório dito Encarnação (ENCA) em Janeiro 2005, do qual ressaltou a vantagem em definir três competências nucleares a partir dos dois departamentos científicos e da direcção de serviços de apoio na qual se passaram a inserir os serviços abertos ao público, nomeadamente o AHU e o Jardim.

Ainda nesse contexto e para dar resposta à Resolução do Conselho de Ministros 198/2005, foi criado o Grupo de Preparação da Avaliação (GPAV) por despacho nº 29/2005, para elaboração do relatório ZEN a apresentar ao GIT e ao PRACE. Este grupo foi entretanto também responsável pelo Plano de Actividades de 2006 e Relatório de Actividades de 2005 sucessivamente aprovados pelos órgãos externos e internos do IICT. Quanto ao enquadramento do PA2007, este foi largamente debatido entre os investigadores interessados (ver detalhe no Anexo D1).

Nas conclusões deste documento, dá-se conta de como o IICT pretende implementar medidas que vão ao encontro das indicações que foram apresentadas pelo CM, 29-07-07 e pelo relatório GIT 2006, contribuindo para a sua eficiência e dinamização, fazendo com que se reflectam no futuro próximo do IICT, promovendo-as no PA2007.

4.1 ENQUADRAMENTO DO PA2007

O enquadramento do PA2007 perspectiva a actividade do IICT tendo em consideração a sua relevância para a CPLP, como grupo preferencial de potenciais utilizadores dos resultados dessa mesma actividade. O IICT assumiu dois compromissos com a CPLP, como princípios orientadores da forma como os seus objectivos vão ao encontro das necessidades desses países:

1. Iniciativa Portuguesa – promoção do acesso ao património do IICT
2. Acompanhamento do cumprimento dos ODM

Foram identificados projectos que melhor correspondem ao cumprimento destas duas prioridades. No âmbito da Iniciativa Portuguesa, destacam-se os seguintes projectos, inseridos nos Programas HIST/SOC:

- O espaço atlântico de Antigo Regime
- Os patrimónios museológicos extra-europeus e o imaginário ultramarino durante a segunda metade do século XIX
- Escravos da Memória? A Europa multicultural e a história da escravatura
- Biblioteca Digital. Os desafios da memória
- Tratamento e estudo de materiais recolhidos pelas missões antropológicas de Moçambique, Angola e Timor

Em relação às actividades de investigação do IICT enquadradas na Matriz dos ODM, estas partem essencialmente dos Programas Sociedades e Culturas Tropicais e Desenvolvimento Global (SOC/DES), onde se inserem actividades nomeadamente referentes aos objectivos. (3) Promover a Igualdade do Género e a Capacitação das Mulheres (4) Reduzir a Mortalidade Infantil, (6) Combater o HIV/SIDA, a Malária e outra Doenças. As actividades inscritas nesta matriz revêm as aprovadas pelo Conselho de Orientação e Unidade de Acompanhamento em 8 de Maio, e são os seguintes:

- Avaliação do estado nutricional de crianças em idade escolar – análise antropométrica
- Avaliação de risco de transmissão de parasitas a outros animais e ao homem
- Associativismo feminino das organizações africanas e afro-brasileiras

As actividades mais representativas de SOC/DES inserem-se na Parceria Global para o Desenvolvimento (objectivo 8), sendo de salientar:

- Boa governação, consolidação da democracia e prevenção de conflitos
- O desenvolvimento no ponto de impacto – sociedades agrárias africanas. Estado e organizações da sociedade civil
- Parcerias sino-lusófonas, nomeadamente Cabo Verde Virtual – sistema de visualização para apoio ao desenvolvimento de Cabo Verde

A Competência Nuclear SUS apoia algumas das actividades anteriores mas encontra-se mais vocacionada para contribuir para a Erradicação da Pobreza Extrema e da Fome e a Sustentabilidade Ambiental (objectivos 1 e 7, respectivamente) com actividades que abrangem a agricultura sustentável, segurança e qualidade alimentar e a avaliação e valorização da biodiversidade, ambas áreas que são representativas do BIOPOLIS e também relevantes para a combinação BIO/JMAT, que inclui um herbário, colecções zoológicas e um jardim botânico relevantes para a Competência Nuclear PAT. As seguintes actividades aprovadas pelo Conselho de Orientação e Unidade de Acompanhamento em 8 de Maio e tal como o anteriormente citado fazem parte do plano de actividades para 2007:

- Protecção integrada do arroz para consumo
- Cooperação internacional com vista à criação de variedades de cafeeiros com resistência duradoura às principais doenças (ferrugem e antracnose dos frutos)

- Interação de plantas com factores ambientais, bióticos e abióticos - impacte na produtividade
- Quimiometria - Desenvolvimento de métodos não destrutivos e amigos do ambiente por espectroscopia de infravermelho.
- Alterações do coberto do solo nas florestas do Cantanhez – Guiné Bissau
- Análise de áreas de especial interesse biológico no Noroeste de Angola
- Caracterização e valorização de espécies florestais secundárias - identificação de madeiras para protecção de espécies ameaçadas

Os compromissos assumidos inserem-se no grupo de orientações do GIT 2006, dado que dão destaque a actividades direccionadas para a CPLP tendo estes países como utilizadores das actividades a desenvolver. Fazem-no com a abordagem definida pelos órgãos externos do IICT, devendo assim ser objecto de validação.

4.2 ESTRUTURA DO IICT – PA2007 – RELATÓRIO GIT 2006

Conforme foi referido em 2.2, desde a apresentação do Relatório ZEN, deu-se continuidade à reestruturação interna do IICT, com incidência na Competência Nuclear MEM e no Programa SUS/TER. As alterações efectuadas orientam-se no sentido de otimizar a estrutura orgânica interna do IICT, evidenciando a vantagem de interligação das diversificadas valências e tendo em perspectiva a capacidade de resposta às relações e solicitações externas (consórcios e utilizadores), ou seja:

- Simplificação da estrutura orgânica reforçando ou reconvertendo áreas científicas, fortificando as interligações entre as várias vertentes do IICT, incrementando vantagens da integridade garantida pelo GIT 2006.
- Reorganização das unidades orgânicas com base na análise das solicitações dos utilizadores (países da CPLP) e na ligação a consórcios incluindo os sugeridos pelo GIT 2006.

A Tabela 4.1 resume as ligações entre:

- Competências Nucleares (ENCA) / Direcções propostas no Dec.-Lei 297/2003
- Presente estrutura interna orgânica do IICT, salientando a ligação entre programas e centros extra-departamentais (nos termos do artº 25º da lei orgânica) ou serviços abertos ao público como AHU e JT, os quais devem alavancar as actividades de investigação de HIST e BIO respectivamente conferindo-lhes maior visibilidade. Temos ainda o reforço do pólo tropical de Oeiras (abreviado TROPOEIRAS) constituído pelos dois centros localizados no edifício do CIFC e racionalizando os programas AGRI e FLOR sedeados no *Campus Junqueira/Tapada*.
- Objectivos do PA2007 (Iniciativa Portuguesa – IP e cumprimento ODMs)
- Consórcios propostos no GIT 2006

Tabela 4.1 PA2007, Competências Nucleares/Direcções, Unidades Orgânicas e Consórcios

| PA2007 | MEM/DCH | PAT/DSA | SUS/DCN | CONSÓRCIOS |
|---------------|----------------|-------------------|---------------------------------|--------------------------------|
| IPOINT | HIST/SOC | AHU/PI JMAT/PI | PI/ACT BIO/JMAT | COLUSO Redes JT e LISC |
| ODMs | SOC/DES | | AGRI/BIO/FLOR/TER TROPOEIRAS | ECART/CGIAR BIOPOLIS/CORNEA |

As cores estabelecem as ligações mais determinantes no IICT, não invalidando porém que não existam outras já estabelecidas ou que se possam vir a criar. Esta matriz está a servir de base à reorganização das moradas, a qual foi alvo de crítica por parte do GIT por não estar a evoluir eficazmente. Como foi anteriormente referido o IICT está localizado em 3 moradas: *Campus* Junqueira/Tapada, Jardim Tropical em Belém e TROPOEIRAS. Perspectiva-se com base nos Consórcios propostos pelo GIT a redução e reajustamento de moradas dentro do *Campus*, estando nesta altura a proceder-se à análise do processo através do levantamento do património envolvido, nomeadamente a nível do equipamento utilizado por cada umas das unidades, dado que algumas delas partilham recursos com outras instituições, nomeadamente o ISA e a FMV.

Encontra-se desta forma apresentada neste relatório, a forma como o IICT pretende avançar com a reestruturação que tem vindo a implementar e como considera que esta se pode enquadrar nas orientações propostas. O resultado da avaliação foi interpretado como uma forma de apoio e dinamização do processo de reforma interno, incrementando a colaboração com outros LE e instituições, nomeadamente no âmbito de novos consórcios, nos quais o IICT se propõe inserir como elemento dinamizador dos mesmos.

ANEXO A. A REFORMA DOS LE – DOCUMENTOS A DISCUSSÃO

A.1 RELATÓRIO GIT 2006 – MEDIDAS GERAIS

O Ministério da Ciência e Tecnologia (actual MCTES) iniciou em 1996 um processo de análise dos diversos Laboratórios de Estado (LE) visando identificar medidas de reforma. O processo deu lugar a uma sucessão de avaliações, que decorreram quase sem interrupção e cujo historial se encontra documentado de uma forma clara e coerente no Relatório do GIT. Este constata os problemas subjacentes a estruturas criadas na 2ª metade do séc. XX e cuja pertinência é defendida pelo mesmo relatório, dependente de uma reforma com base na adaptação às novas realidades deste século, por forma a que os LE em estudo possam providenciar respostas coerentes às necessidades do Governo.

As medidas fundamentais apontadas pelo Relatório GIT podem-se resumir:

1. Identificação de **áreas relevantes**: além de temas relacionados com a **Energia**, as relações entre **Agro-Food, Saúde e Ambiente, Uso do Solo** e respectiva **Monitorização** e a **escassez de Água**.
2. Apresentação de um grupo de possíveis novas iniciativas que incluem: **Tecnologias de Informação, Segurança Global, Espaço, Riscos Naturais e Protecção do Ambiente**.
3. Avaliação genérica do estado actual dos LE, as **fraquezas comuns** incluem problemas relacionados com **recursos financeiros e humanos**, a **rigidez** da respectiva **gestão, fragmentação de actividades de I&D** com perda notável de sinergias e ainda uma **falta de clareza da orientação** que deve vir por parte dos **respectivos Ministérios, sem prejuízo do papel coordenador que cabe ao MCTES**.
4. Proposta não detalhada de um **novo sistema de governação dos LE** que começa pelo estabelecimento um estatuto legal que providencie uma gestão flexível e autonomia funcional no apoio governamental prestado pela instituição. No entanto definem-se estratégias de governação que permitam o estabelecimento de interligações entre instituições de I&D e que incluem o **Conselho dos Laboratórios do Estado Portugueses (CLEP), Conselheiro Científico** por Ministério para fazer a ligação com os respectivos LE, **Consórcio de Investigação** entre LE e outras instituições de investigação.
5. É reconhecida a ocupação por parte do LE de uma parte significativa de edifícios e terrenos, tendo sido recomendado pelo PRACE o exame dos casos em que o referido património não é claramente necessário, podendo ser utilizado de forma mais rentável. Apesar de não fazer parte das competências do GIT, este reconhece que os ganhos do processo de **alienação de património** poderiam reverter **a favor da reforma dos LE**.
6. Define-se **Consórcio** como a **associação de diversos parceiros** com o fim de contribuir para o **sucesso** do desenvolvimento de **actividades I&D** no âmbito de **temas específicos**, sem que tal interfira com a identidade própria de cada uma das instituições intervenientes. O Consórcio deve ter objectivos específicos, plano de trabalho das actividades conjuntas e uma boa definição das contribuições individuais em termos de fundos e pessoal. Dois exemplos: o **BIOPOLIS** em Oeiras, cujas valências incluem Segurança Alimentar, Turismo e Uso do Solo e Monitorização, **CORNEA** pode não ser agrupado num só local, mas centrado no IM – Riscos Naturais e Estudos Ambientais.

A.2 RELATÓRIO GIT 2006 - OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS AO IICT

Foram apresentadas 6 recomendações ao IICT:

- 1 Identificação do apoio que o IICT deve prestar a outros Ministérios além do MCTES, nomeadamente aos Ministérios que trabalham com países em desenvolvimento
- 2 Identificação de futuros utilizadores do trabalho do IICT entre os países tropicais
- 3 Envolvimento de todos os beneficiários das actividades do IICT no trabalho científico do Instituto
- 4 Estabelecimento de um novo esquema de financiamento do IICT
- 5 Redução da dispersão geográfica do Instituto
- 6 Reforço ou termino de áreas científicas

O GIT reconheceu ainda:

- Clarificação da missão do Instituto devido ao recente reagrupamento das actividades
- O IICT pode fazer mais pelas relações externas portuguesas daquilo que lhe é pedido, nomeadamente pelos Ministérios representados nos seus órgãos externos de governação
- Manutenção da integridade – componentes de história devem beneficiar de sinergias com as actividades de investigação.
- Concentração em assuntos relacionados com áreas tropicais e eliminação de qualquer actividade especificamente orientada para Portugal Continental.
- Centros de excelência (como os localizados no edifício do CIFIC) devem tornar-se laboratórios de excelência a nível internacional
- Devem ser efectuados esforços para atrair fundos internacionais de instituições como as agências das Nações Unidas e do Banco Mundial
- A redução da dispersão geográfica não tem progredido de forma efectiva.

O IICT é envolvido em dois consórcios (3.6):

- 1 BIOPOLIS na sua competência nuclear SUS
- 2 CORNEA nas actividades relacionadas com a Observação da Terra, elas próprias parte de SUS

A.3 PROPOSTA DO CONSELHO DE MINISTROS (CM, 29-06-06)

O CM, 29-06-06 aprovou orientações baseadas no GIT 2006, as quais colocou em consulta pública por 30 dias, no âmbito da qual este documento foi elaborado.

A reforma será implementada em 2 fases:

1 *Reforma do sistema dos LE no seu conjunto, com base nesta Resolução*

- Reforma de estatuto jurídico
- Redefinição de identidade, competências e missões de cada instituição
- Criação de consórcios (duração 10 anos, com revisão aos 5), definição de agrupamentos de LE e outras formas de cooperação com empresas e outras entidades

2 *Reforma ou instalação de cada LE*

Após esta consulta pública, o MCTES prepara a proposta final de reforma com calendário, normas de transição e definição dos regimes de instalação necessários e procedimentos de avaliação a seguir na reforma detalhada de cada LE.

De acordo com o CM-06-06, deixam de ser LE o IGM/JM e o DGPC e extingue-se o INETI procedendo-se à integração das diversas componentes conforme é detalhadamente apresentado.

IML passa a LE e cria-se um novo LE – o Laboratório de Recursos Biológicos Nacionais (LRBN). São também criados 5 Consórcios:

- 1 **BIOPOLIS** (Oeiras) LRBN+IICT-SUS, convidando ITQB, IBET, IGC, outros
- 2 **FISICA-N** (Sacavém) ITN, convidando FCCN, outros
- 3 **RISCOS** (Aeroporto - IM) IM+LNEC+IH, outros
- 4 **OCEANO** (Convento das Trinas – IH) IH+IM, outros
- 5 **CIV** (Açores) LVUA, outros

Serão analisados nos **próximos 3 meses** as vantagens e inconvenientes de **relocalização das sedes** de alguns LE e será efectuado nos **próximos 6 meses** o **estudo detalhado das instalações e terrenos** afectos a cada LE.

É criado no âmbito da FCT e no quadro do *Compromisso com a Ciência* o **Programa Mobilizador dos Laboratórios de Estado**, para apoio ao desenvolvimento de núcleos e redes de I&D. É também criado um **Comité Científico e Técnico Internacional** para consulta e acompanhamento da reforma dos LE.

ANEXO B. DOCUMENTOS DESCRITIVOS DOS RESULTADOS DAS VÁRIAS INICIATIVAS TOMADAS PELO IICT NO ÂMBITO DA CONSULTA PÚBLICA

B.1 REUNIÃO SUS EM OEIRAS – CONSÓRCIO BIOPOLIS

REUNIÃO DO DCN, 20 DE JULHO DE 2006

Teve lugar no auditório da Estação Agronómica de Oeiras, com início às 10h. Abriu a reunião o Sr. Presidente do IICT que indicou o motivo: - A consulta pública sobre o relatório de Avaliação do Grupo Internacional para a Reforma dos Laboratórios de Estado (GIARLE) e as reformas propostas pela tutela que, em relação ao IICT, incluem a constituição de um consórcio BIOPOLIS onde serão integradas as vertentes de Agricultura Tropical e de Ciências Biológicas. Salientou o Sr. Presidente, do referido relatório:

- 1 - Que o IICT é o único Laboratório de Estado do consórcio que mantém a sua integridade, podendo, por isso, liderar o processo de constituição.
- 2 - Para tal, será necessário o envolvimento de todos os órgãos do IICT na sequência do que já aconteceu com o enquadramento do PA 2007, onde a interdisciplinaridade do IICT se manifestou no contexto da CPLP (Iniciativa Portuguesa de Acesso ao Património e ODM).
- 3 - A crítica relativamente à redução de moradas obriga a soluções inovadoras para o pólo de Oeiras.

Considerou que a relevância do assunto em discussão pública está para além de simples iniciativa da direcção devendo envolver toda a governação. Após agradecimentos ao GPAV, deu início à sessão com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Consulta pública sobre o relatório e constituição do consórcio BIOPOLIS
- 2 - Documento do GPAV sobre a participação do IICT no consórcio e o “Compromisso com a Ciência”
- 3 - PA 2007 e sua concorrência para os ODM.

1 - Consulta pública sobre o relatório e constituição do consórcio BIOPOLIS

O Doutor Alfaro Cardoso, presidente do CC, deu conta das conclusões do Fórum dos LE transmitindo a concordância deste Fórum com a matéria do GIARLE, no que se refere aos LE e em particular ao IICT, e a discordância relativamente às reformas propostas pela tutela que não constam desse mesmo relatório. Apelando para o bom senso e a serenidade, salientou que o consórcio deve garantir sinergias entre várias áreas científicas. A Prof. Helena Pereira salientou as vantagens para o consórcio do envolvimento de áreas tropicais, devendo o IICT assumir nele as suas competências. O Dr. José Carlos Rodrigues destacou questões funcionais dentro do consórcio, como instalações, constituição de pequenos grupos e sua relação com a massa crítica necessária às várias competências.

Cada um dos outros participantes deu então a sua opinião, das quais se destacam as seguintes:

- A afirmação da sua disponibilidade em colaborar.

- O desconhecimento de como será constituído o consórcio e a necessidade de a sua constituição ter de ser cuidadosa de forma a garantir a especificidade do IICT
- As vantagens do IICT em participar no consórcio, que se traduzem em melhor acesso a financiamentos, visibilidade e massa crítica.
- Desconhecimento actual em relação à utilização de espaços, as temáticas científicas (nomeadamente áreas tropicais ou áreas tropicais e não tropicais), objectivos ou a coordenação.
- Preocupação de alguns participantes com o funcionamento das suas áreas de interesse dentro do consórcio.

Encerrou este ponto o Doutor Cochicho Ramalho salientando que todo o SUS cabe dentro do BIOPOLIS.

2 - Documento do GPAV sobre a participação do IICT no consórcio e o “Compromisso com a Ciência”

As Doutoras Ana Ribeiro e Ana Morgado apresentaram o documento, salientando o papel do IICT na cooperação e o incremento de competências nas áreas tropicais através da sua participação no ECART e no CGIAR. Foi ainda salientado que as vantagens de participação no consórcio incluíam também o acesso a infra-estruturas e equipamentos.

Foram abordados pelos participantes questões que envolviam a proposta no documento da estruturação de certas áreas de carácter pluridisciplinar como a detecção remota e o desenvolvimento sustentável e a inclusão no consórcio de Universidades ou de unidades ligadas a Universidades.

A discussão destes pontos encerrou-se salientando a capacitação de interacção com parceiros por forma a atingir níveis de excelência, bem como as vantagens do reconhecimento da integridade do IICT, com o seu Património Histórico e Científico. O IICT também tem capacidade para dinamizar uma “cidade” científica por causa das suas ligações ao CGIAR e ao ECART, acesso a financiamentos através do bom relacionamento com a FCT e um regulamento interno que permite a gestão flexível.

O Doutor Cochicho Ramalho apresentou em detalhe o formulário para a concretização das manifestações de interesse referentes à contratação de 17 doutorados, no âmbito do “Compromisso com a Ciência”.

3 - PA 2007 e sua concorrência para os ODM.

O Sr. Presidente deu dois exemplos da ligação do IICT com a CPLP. No âmbito da cimeira dos 10 anos da CPLP em Bissau foi entregue um álbum de gravuras do Arquivo Histórico Ultramarino intitulado “Cidades da CPLP” e a declaração relativa aos ODM aprovada em Bissau recebeu contributos do programa DES.

Concluiu-se que era necessário fazer corresponder algumas actividades de investigação enquadradas na Matriz dos ODM a actividades no PA 2007 discutindo-se ainda alguns pormenores sobre o âmbito das actividades na Matriz dos ODM.

Pelas 13h e 15 min o Sr. Presidente do IICT deu por encerrada a reunião, da qual Margarida Pinheiro produziu esta nota.

Participação do IICT/SUS no consórcio BIOPOLIS

O Conselho de Ministros colocou as orientações para a reforma dos Laboratórios de Estado em consulta pública durante o corrente mês. No relatório do GIT 2006, é proposta a criação do consórcio BIOPOLIS no *Campus* de Oeiras, que deverá integrar o futuro Laboratório de Recursos Biológicos Nacionais (L-RBN) - resultante da junção do INIAP, LNIV, e valências do DGPC e INETI – com o IICT, “na sua vertente de agricultura tropical e ciências biológicas” (essencialmente a competência nuclear SUS) assim como instituições a convidar relacionadas com *agro-food research* (nomeadamente o ITQB, IBET e IGC).

Considerando as valências detidas pelo IICT/SUS e a circunstância do IICT representar Portugal no Grupo Consultivo para a Investigação Agrícola Internacional (CGIAR), os responsáveis de ECO-BIO (cuja suplente é secretária portuguesa do CGIAR) e CIFIC, juntamente com a coordenadora do GPAV, e com contribuições dos colegas das áreas científicas que compõem o IICT/SUS, circularam uma versão anterior deste documento perspectivando o enquadramento das suas actividades e possíveis interligações no âmbito do consórcio, a ser debatido no plenário sectorial de 20 de Julho na EAN. Esta versão incorpora ainda uma submissão por parte de FLOR, e reflecte os centros de actividade propostos à tutela aquando do 50º aniversário do CIFIC.

O IICT/SUS considera-se como um elemento dinamizador decisivo do BIOPOLIS porque, além de contribuir com actividade científica relevante para o consórcio, tem como atribuição fundamental o estabelecimento e desenvolvimento de acções com o exterior, nomeadamente com os países da CPLP, sendo a única instituição q pode iniciar imediatamente actividades no âmbito no Consórcio proposto. Esta função tem sido várias vezes vinculada e fortalecida, destacando-se as seguintes referências:

- A posição do IICT como organismo governamental responsável pelo desenvolvimento de actividade em áreas tropicais, encontra-se claramente definida e reforçada no relatório do GIT 2006.
- O papel do IICT no apoio à cooperação e às relações com o exterior poderia ser mais vincado, segundo o mesmo relatório.
- O IICT é a única instituição portuguesa no ECART-EEIG (European Consortium for Agricultural Research in the Tropics – European Economic Interest Grouping), de que também fazem parte o CIRAD e o IRD (França), o NRI (Inglaterra), o IAO (Itália) e a Universidade de Wageningen (Holanda), congregando mais de 1600 investigadores com experiência em países tropicais (o INIA de Espanha vai tornar-se membro na próxima reunião que terá lugar no IICT em Outubro próximo). O ECART-EEIG foi criado em Novembro de 2004 e tem como missão fornecer capacidade e conhecimento científico europeu na área da investigação agrícola para o desenvolvimento, de uma forma acessível, e encorajar a coordenação efectiva das actividades de investigação na Europa.
- Por seu lado, o CGIAR é uma aliança de países, organizações internacionais e regionais e organizações privadas que apoiam quinze centros de investigação internacionais. Permite a inserção e a internacionalização da comunidade científica nacional num quadro multilateral, ancorado no Banco Mundial, em domínios e questões de interesse relevante para a cooperação, nomeadamente com os países de expressão portuguesa. O CGIAR tem como objectivos gerais a segurança alimentar sustentável e a redução da pobreza nos países em

desenvolvimento, através da promoção de actividades científicas ligadas à agricultura, sistemas florestais e agro-florestais, pescas, ciências políticas e ambiente. Neste contexto, o CGIAR apoia directamente o funcionamento de 15 centros de investigação agrária, 13 dos quais se encontram sedeados em países em desenvolvimento. As actividades desenvolvidas pelos centros do CGIAR incidem sobre cinco áreas mestras, abrangidas pelas actividades desenvolvidas no IICT/SUS, como resultou das linhas de investigação entregues pelo IICT quando da visita do director do CGIAR em Fevereiro de 2006.

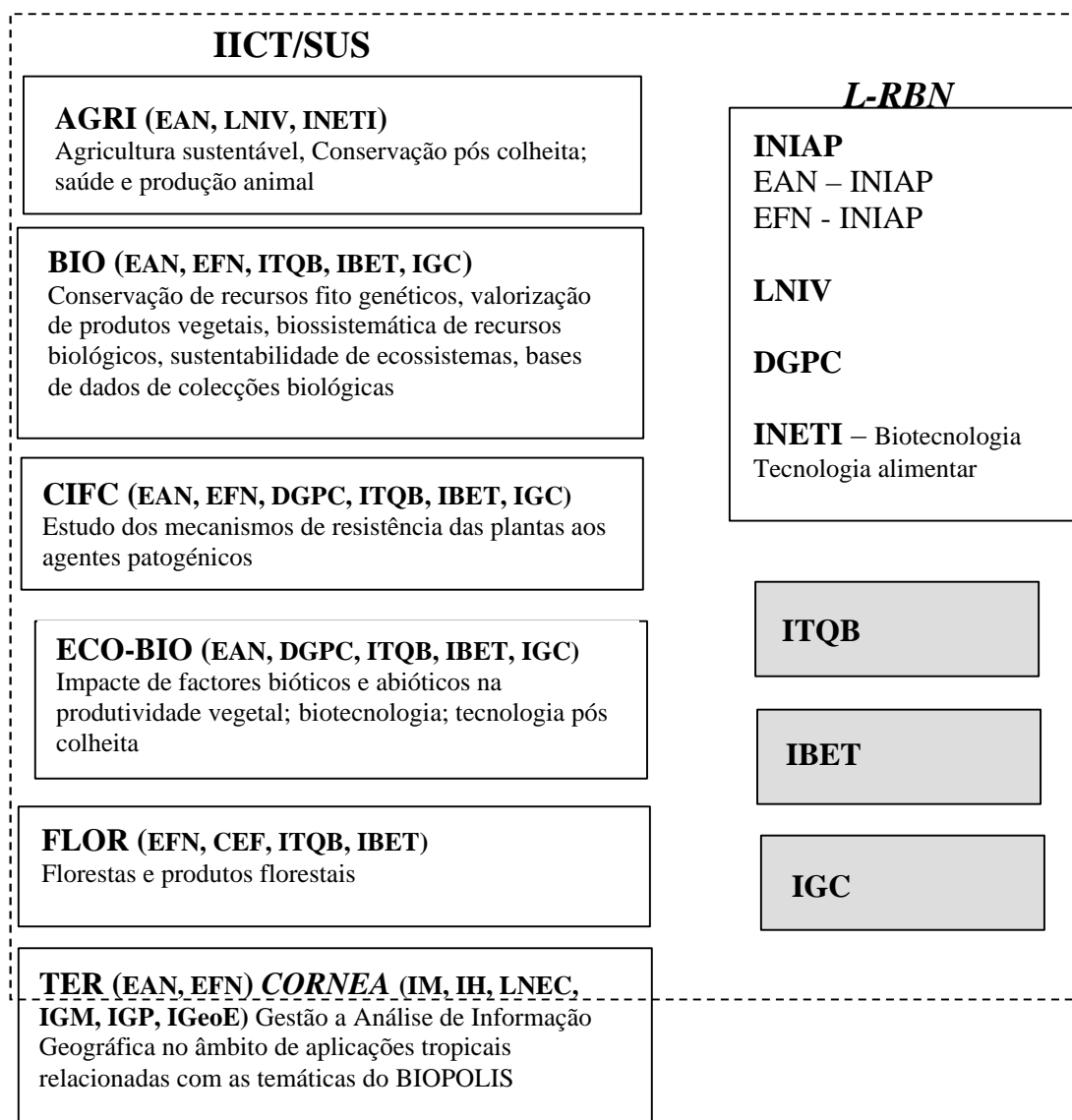
Concorrem assim as orientações do GIT 2006, com as fortes ligações existentes entre o IICT e as diversas instituições sedeadas no Pólo de Oeiras, nomeadamente DGPC, EAN, ITQB, IGC e IBET, concretizadas sob a forma de projectos de investigação, partilha de equipamentos e infraestruturas, transferência de tecnologias e *know-how*, co-orientação de estagiários, mestrados, doutorandos e pós-doutorandos, para que o IICT/SUS se prepare desde já para participar no consórcio BIOPOLIS. No espírito que preside à ideia de lançamento dos consórcios, acresce ainda a ligação aos centros de investigação da Universidade, nomeadamente o edifício no CIAT na Tapada da Ajuda, sede do Departamento de Ciências Naturais do IICT. A cooperação de FLOR com o CEF do ISA também é de realçar

Nestes termos, as ligações preferenciais (mas não exclusivas) entre o IICT/SUS e as outras instituições constam do quadro anexo. Não será demais propor que estas sinergias sejam estabelecidas no âmbito da investigação e desenvolvimento (incluindo actividades de formação) da agricultura nacional e tropical e como tal, deverão ser feitos esforços para que as mesmas funcionem em estreita articulação internacional, nomeadamente com os países da CPLP e centros de investigação do CGIAR, perspectivando igualmente a transferência de conhecimento e tecnologia para os países das regiões tropicais.

Propõe-se também que as articulações no BIOPOLIS tenham como objectivo o uso comum e maximização da eficiência de recursos materiais e humanos, assim como a procura comum (ainda que diversificada) de recursos financeiros externos às instituições que compõem o consórcio.

QUADRO ANEXO

BIOPOLIS



B.2 REUNIÃO MEM E PAT – REESTRUTURAÇÃO

REUNIÃO DAS COMPETÊNCIAS NUCLEARES MEM E PAT

21 de Julho de 2006

NOTAS

A reunião teve como principais objectivos a análise e discussão do Relatório de Avaliação dos Laboratórios de Estado e da consulta pública em curso; a avaliação e análise das actividades propostas no Plano de Actividades 2007 pelas duas competências MEM e PAT e a reestruturação da competência nuclear MEM, no que respeita à sua adequação ao Enquadramento proposto para 2007 pelo Conselho de Orientação e pela Unidade de Acompanhamento (CO.UA).

O Presidente do IICT iniciou a reunião fazendo uma breve explicitação de alguns pontos referidos no Despacho n.º 9, e que se relacionavam directamente com os objectivos desta reunião, nomeadamente o facto de o relatório do GIARLE mencionar a importância das sinergias entre património histórico e investigação, e que esse é um ponto fundamental para a articulação das diferentes competências nucleares. Foi realçado também que a reestruturação de MEM e a hierarquização das actividades propostas no Plano de Actividades decorriam da discussão em torno do processo de Enquadramento do PA 2007, nomeadamente o do facto de ter sido acordado que a prioridade deveria ir para a “Iniciativa portuguesa de acesso ao património” e para o acompanhamento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, ambos no quadro da CPLP.

Referiu ainda, que devido ao pedido de aposentação da Dr. M.^a Emília Madeira Santos, o presidente vai assumir temporariamente a direcção do programa HIST.

De seguida, foi distribuído aos presentes a introdução do relatório sobre a Reestruturação da Competência Nuclear MEM, elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado para o efeito, para que todos os presentes pudessem dar a sua opinião em relação à hierarquização das actividades propostas nesse relatório.

Tomou a palavra o Dr. Vitor Marques que fez uma breve apresentação do formulário para a contratação de doutorados no âmbito do “Compromisso com a Ciência”.

Seguidamente, apresentou um resumo das actividades do PA2007 das duas competências nucleares. Em relação a MEM, referiu o número elevado de actividades de MEM (49 actividades), realçando também o número elevado de actividades individuais. Considerou que deveria ser feito um esforço para tentar encontrar um equilíbrio e reduzir esse número. Salientou que o PA será um instrumento de avaliação da actividade do IICT no próximo ano, e que, por isso mesmo, se pretende uma maior responsabilização por parte dos investigadores, o que, a seu ver, será mais fácil com o menor número de actividades.

Em relação a PAT, descreveu brevemente as actividades no âmbito do PI, do JT e do AHU, referindo que algumas actividades técnicas presentes no PA eram actividades de apoio à investigação e que demonstravam as sinergias entre património e investigação referidas pelo GIARLE.

As responsáveis pelas duas competências nucleares fizeram também a sua análise do PA. A Doutora Ana Cannas, por PAT, realçou que as actividades de PAT se enquadram com o que é referido pelo relatório da GIARLE e que correspondem à Iniciativa Portuguesa, o que se pretende reforçado neste PA. Destacou que se deverá reforçar o papel de suporte do IICT em relação aos outros ministérios. Entende que se deverá

reforçar as actividades que aproximam MEM e PAT e deu alguns exemplos de iniciativas que poderão ilustrar essa aproximação (COLUSO).

Realçou também que a colaboração de PAT com MEM, e as actividades que ambos desenvolvem, são compatíveis desde que se salvaguardem e respeitam as metodologias técnico-científicas próprias de cada actividade.

A Doutora Ângela Domingues referiu a importância da defesa da integridade institucional do IICT no relatório de avaliação dos LE e considerou que esta é uma oportunidade para MEM reforçar a sua posição no IICT, articulando a sua posição com as outras competências nucleares, sendo que o grande contributo de MEM se apoia nas questões das memórias e do conhecimento. Em relação ao Enquadramento do PA2007, lembrou o compromisso do IICT com a CPLP perante a CO.UA, referindo que as actividades de MEM cumprem esse enquadramento, pois direccionam-se para a cooperação com a CPLP.

Em relação à articulação com PAT, refere que não é uma área científica, mas que o acesso ao património é uma aposta do IICT, que enquadra MEM e SUS. Deu exemplos de actividades MEM que têm apoio em PAT, nomeadamente o já referido COLUSO, e de outras que possuem essa componente de divulgação e acesso ao património – “Presença portuguesa no mundo”; as relacionadas com as Missões Científicas, e a dos Saberes e Práticas Médicas Tradicionais, destacando assim a sobreposição incontornável entre MEM e PAT.

Ainda em relação à disponibilização do património (ligado a PAT), refere que, sendo os investigadores do MEM os principais utilizadores desse património, a sua disponibilização permite uma credibilização da investigação científica produzida por MEM, ao permitir que a comunidade científica possa verificar os dados.

Ainda em relação a este aspecto, a Doutora Ana Cannas acrescentou que a componente de tratamento do património, especificamente tratamento documental, deverá ser tida em conta e prevista aquando da elaboração e definição de projectos de investigação. A Doutora Ângela Domingues ainda referiu a importância que deverá ser dada à comparação do património tridimensional do IICT com outros patrimónios semelhantes de instituições nacionais e estrangeiras. Seguiu-se uma ronda à mesa no sentido de auscultar as opiniões de todos os presentes. Em relação à Avaliação dos Laboratórios de Estado, de destacar, que a maioria congratulou-se com a defesa da integridade institucional do IICT no relatório de avaliação do LE, havendo no entanto lugar a ter alguma prudência, na opinião do Doutor Miguel Jasmins, que considerou que se deveria encarar esta avaliação como uma janela de oportunidade para afirmação do IICT. Houve quem destacasse que esta era uma oportunidade para pensarmos a forma como nos organizamos e trabalhamos, realçando como aspectos essenciais a relevância da investigação e a interdisciplinaridade. Referiu-se também a importância de o IICT ser o único laboratório de estado com um Departamento de Ciências Humanas e considerou-se que se deveria aproveitar este momento de avaliação para apresentar propostas de criação de consórcios, à semelhança do proposto no relatório de avaliação para as outras áreas, com o objectivo de afirmar esta competência científica. Houve quem considerasse que este relatório era pouco pedagógico em comparação com os anteriores que eram mais dirigidos ao IICT.

Em relação ao PA2007, na generalidade reconheceu-se a importância de articulação entre as competências MEM e PAT, tendo-se apresentado exemplos concretos de cooperação. Foi referido que a visibilidade do e científica do IICT é fundamental para a relevância e credibilização da instituição e também como forma de obter maior retorno

sobre actividade científica do IICT. Houve ainda quem considerasse, em relação à articulação entre património histórico e investigação científica, que a liderança e a relevância, no caso do IICT, deverá vir sempre do saber, do conhecimento científico, que é o que determina a apreciação daquilo que é o IICT. Foi também referido, pela Dr.^a Teresa Albino que a competência PAT possui actividade científica e que também produz conhecimento nas suas áreas específicas e que é importante que haja articulação entre os vários conhecimentos das três competências, lembrando que património não é só MEM, mas também SUS. Em relação à divulgação e visibilidade do IICT, foi feito o convite a todos os investigadores para participarem em duas actividades de PAT – o ciclo de conferências “Ciência nos Trópicos” e as entrevistas na TV Ciência.

Foram efectuados ainda vários comentários à estrutura do PA2007 de MEM e ao facto de haver ainda muitas actividades individuais: foi referido pelo Doutor Vitor Rodrigues que houve efectivamente um esforço por parte do programa HIST para a redução das actividades e para a promoção de uma maior interdisciplinaridade. A questão da dependência de financiamento externo dos projectos foi um dos factores apontado por vários intervenientes para a existência de tantas actividades individuais, referindo-se que muitas vezes as actividades são exactamente as mesmas, mas encontram-se sob “chapeús” diferentes, como forma de garantir financiamento. Outra questão apontada foi o facto de com a reestruturação do SOC houve necessidade de diferenciar as áreas disciplinares do programa – história, sociologia, antropologia, etc., o que não implica que essa situação não possa ser revista e que algumas actividades sejam unidas numa só de maior abrangência. Ainda em relação às actividades individuais, de destacar também que algumas actividades são em parceria com outros organismos e que, apesar de aparecerem no PA com apenas o nome do investigador do IICT, incluem vários outros parceiros de outras instituições. Alguns investigadores referiram ainda que nesta área das ciências humanas e sociais, o trabalho de investigação é muitas vezes um trabalho solitário, individual, e que esse aspecto por si só não deverá ser motivo de apreciação negativa, desde que os objectivos propostos por essa actividade sejam cumpridos e que a mesma possua relevância científica. Quanto ao enquadramento das actividades nas orientações do CO.UA, de uma forma geral referiu-se que se enquadram na Iniciativa Portuguesa e nos ODM, tendo havido sugestões para a necessidade de avaliar se realmente houve uma congregação de esforços para adequar o PA, de se comparar com os PA anteriores e avaliar esses resultados. Paralelamente, mas ainda em torno desta questão, discutiu-se sobre a independência da investigação científica e dos institutos de investigação em relação aos poderes políticos e financeiros que patrocinam as actividades e projectos científicos. Outro aspecto referido foi o facto de uma vez que há um esforço para se adequar as actividades às orientações externas, deverá também haver um retorno por parte dessas entidades no apoio ao trabalho científico, nomeadamente nas publicações.

Após a intervenção dos participantes, o presidente efectuou alguns comentários relativos à avaliação positiva do IICT por parte da GIARLE, referindo que talvez um dos momentos-chave terá sido a visita ao AHU e a observação do trabalho dos bolseiros, o que conferiu ao IICT uma imagem de rejuvenescimento, de profissionalismo e de futuro. Outro ponto destacado foi a dificuldade de muitos institutos de investigação, e o IICT não é excepção, em iludir a desconexão entre os dois conceitos – Desenvolvimento e Investigação. Por serem considerados conceitos dissonantes, tem de haver um esforço para os aproximar e para a resolução desta dissonância. Neste contexto, destacou ainda que é fundamental que a investigação seja relevante e que essa relevância seja justificada.

Na segunda parte da reunião, discutiu-se a reestruturação de MEM e concretamente foi pedido aos participantes a sua opinião em relação à hierarquização das actividades proposta no relatório de reestruturação do MEM, lida na altura a introdução pelo presidente. Sobre esta questão, foram solicitados alguns esclarecimentos em relação às consequências desta hierarquização e aos seus critérios. Após o esclarecimento por parte do presidente, referindo que a selecção das actividades não implica o desmerecimento das restantes e que os critérios para a sua hierarquização têm a ver com o facto de algumas se enquadrarem melhor nas orientações do CO.UA, e que por isso são as que dão mais garantias do seu cumprimento, a maioria não apresentou qualquer alteração. A Dr.^a Maria Manuel Torrão levantou a questão de estarem seleccionadas algumas actividades individuais, o que entraria em contradição com os objectivos de concentração de ETI's, e que nesse sentido gostaria de perceber os critérios da sua selecção. O Doutor Gehard Seibert referiu que para atingir um máximo de objectividade possível, a hierarquização devia ser feita conforme critérios bem estabelecidos por um grupo de pessoas imparciais (por exemplo, o Conselho de Orientação, etc.). Foi sugerido pela Doutora Ângela Domingues a substituição no programa HIST/SOC da actividade B2 pela F1, por a primeira estar dependente de financiamento externo ainda não aprovado, não podendo dar garantias da sua total prossecução, facto confirmado por dois elementos da equipa da actividade B2 (Catarina M. Santos e Vítor Marques).

O presidente referiu que a responsabilidade na selecção, em última análise, será sua, mas que a sua decisão e a do grupo de trabalho terá necessariamente em consideração todas as sugestões, aproveitando para efectuar um convite à participação de todos os investigadores neste processo, nomeadamente através do *blogue* no site do IICT.

A reunião foi encerrada, apelando à participação de todos na Reunião da Comissão Paritária com todos os funcionários e colaboradores do IICT, que ocorrerá no próximo dia 27 às 14h30, no auditório do CCCM.

RELATÓRIO SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA COMPETÊNCIA NUCLEAR MEM

INTRODUÇÃO

A iminência da reestruturação da competência nuclear MEM já era aparente na 42ª reunião de direcção, realizada em 17 de Maio, na qual participaram investigadores, técnicos e bolseiros das competências PAT e MEM. O tema foi a actividade do IICT para os próximos anos tendo em consideração que, em 8 de Maio, o Conselho de Orientação e a Unidade de Acompanhamento haviam identificado a CPLP como grupo preferencial de potenciais utilizadores dos resultados da actividade do IICT. Especificamente, nos termos do Enquadramento do Plano de Actividade para 2007, documento preparado pelo GPAV, a prioridade deveria ir para a “iniciativa portuguesa de acesso ao património” e o acompanhamento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Esta estratégia foi aceite, sem embargo de algumas das actividades serem reformuladas e novos projectos serem incluídos.

Após a nomeação do Doutor João Pedro Marques como responsável do programa SOC (despacho nº 6, de 19 de Maio de 2006), o despacho nº 7, de 8 de Junho cria o grupo de trabalho para a reestruturação da competência nuclear MEM, composto pela Directora do Departamento de Ciências Humanas e sua suplente, o responsável pelo programa Rodrigues, representando respectivamente os programas DES e HIST. Divididos em duas equipas, reflectindo os dois núcleos do programa SOC, os representantes dos três programas prepararam esta versão do relatório, a debater com o grupo de trabalho em 21 de Julho, que será precedida de uma reunião sectorial dos 33 investigadores e técnicos associados a esta competência nuclear. O despacho prevê uma reunião final em 12 de Setembro, se o relatório não tiver sido aprovado antes. À semelhança do que ocorreu em 17 de Maio, a competência nuclear PAT também estará representada na reunião sectorial de 21 de Julho.

Entretanto, está a decorrer a consulta pública de trinta dias sobre as orientações para a reforma dos Laboratórios de Estado aprovadas no Conselho de Ministros de 29 de Junho de 2006 divulgadas conjuntamente com o relatório do GIARLE. O despacho nº 9, de 3 de Julho, confia ao GPAV, reforçado com mais dois membros, o acompanhamento da consulta pública e a elaboração do relatório dela resultante, além do Plano de Actividade para 2007. Na 44ª reunião de direcção, pretendeu-se evitar “os atrasos nas respostas que haviam dificultado os seus trabalhos anteriores. A Comissão Paritária e os recém-empossados Presidente e Vice-Presidente do Conselho Científico comprometeram-se a colaborar nesse propósito, realçando a nota referente à referida reunião que os membros do GPAV estavam a fazer um excelente trabalho que tem sido do agrado geral. Acordou-se ainda que a consulta pública culminará numa reunião geral de funcionários, prevista para finais de Julho, na qual se possa dar conta do processo, seguindo-se o formato da reunião de 19 de Abril da Comissão Paritária com os seus eleitores.

Como notado pelo Conselho de Orientação e Unidade de Acompanhamento, as reuniões ministeriais da CPLP dão uma importância indiscutível ao património do IICT e à sua divulgação e abertura à comunidade científica. Estas reuniões insistem ainda na intensificação da actividade do IICT ao nível do conhecimento e das memórias, dois conceitos fundamentais para as competências nucleares MEM e PAT, sendo que esta embora não constitua um departamento científico, está representada no órgão representativo dos investigadores.

A Iniciativa Portuguesa de promoção do acesso ao património do IICT é uma aposta estratégica deste Laboratório de Estado, explicando-se assim a confluência de áreas de estudo entre MEM e PAT que, por isso, direccionam os seus projectos para os países da CPLP e para a cooperação portuguesa. Muito embora as metodologias utilizadas no âmbito das competências nucleares sejam distintas, a articulação entre ambas tem um significado especial para os investigadores das Ciências Sociais. A missão de PAT em tratar os acervos, de forma a disponibilizá-los, é imprescindível para a validação dos trabalhos científicos. Vários projectos em desenvolvimento em MEM necessitam do apoio de PAT, nomeadamente na inventariação e tratamento do património do IICT. Assim, a VIII Reunião da Comissão Bilateral Luso-Brasileira para a Salvaguarda e Divulgação do Património Documental (COLUSO), a realizar no AHU, em Novembro de 2007, terá uma articulação com a Associação Científica Espaço Lusófono de Antigo Regime, no contexto das comemorações do bicentenário da transferência da Corte portuguesa para o Brasil.

O fortalecimento das ligações entre as Competências Nucleares MEM e PAT pode ainda promover áreas específicas de contacto entre patrimónios coloniais, contribuindo para um melhor conhecimento e divulgação do acervo do IICT. Como se lê no despacho nº 9: “O relatório do GIARLE menciona as sinergias entre património histórico e investigação depois de lamentar que o IICT não tenha sido mais usado na política externa portuguesa, agora que a sua missão está clarificada. Sabe-se até que ponto os órgãos externos têm contribuído para a ligação à CPLP.”

Das 49 actividades, listadas no relatório, reflectindo os dois núcleos no programa SOC agregados aos programas DES e HIST, quatro estão incluídas no acompanhamento dos ODM (doc: “Actividades de Investigação do IICT enquadradas na Matriz dos ODM”). Quanto à “iniciativa portuguesa de acesso ao património”, são prioritárias as cinco seguintes do grupo HIST/SOC:

5.1. O espaço atlântico de Antigo Regime (Miguel Jasmins Rodrigues *et al.*).

1.1. Os patrimónios museológicos extra-europeus e o imaginário ultramarino durante a segunda metade do século XIX (Manuela Cantinho).

2.1. Escravos da Memória? A Europa multicultural e a história da escravatura (João Pedro Marques).

4.1. Biblioteca Digital. Os Desafios da Memória. (Vítor Rodrigues)

6.1. Tratamento e estudo de materiais recolhidos pelas missões antropológicas de Moçambique (MAM), Angola (MAA) e Timor (MAT) (Vítor Rosado Marques *et al.*).

Como estas actividades se apresentam muitas vezes individuais, não é de estranhar que os investigadores participem em várias actividades. É possível que, antes da finalização do plano de actividades para 2007, seja possível reduzir as 49 actividades, sem desresponsabilizar os 33 investigadores. Entretanto, o relatório estrutura as actividades em *projectos científicos* e *projectos técnicos de apoio à investigação*, estes criados em estreita articulação com os *projectos científicos* e com as necessidades das equipas que os produzem e utilizam. Cabe ainda aos *projectos técnicos* preservar e divulgar junto de um público mais vasto, nomeadamente pela digitalização de conteúdos, uma componente do acervo patrimonial do IICT. Este é outro reflexo da articulação MEM/PAT salientada acima.

25 de Julho de 2006
Jorge Braga de Macedo
Presidente do Grupo de Trabalho

B.3 REUNIÃO SUS/TER – REESTRUTURAÇÃO E CONSÓRCIOS BIOPOLIS, CORNEA

O Programa Ambiente e Ciências da Terra (TER) surgiu na remodelação de 2004 como a junção dos antigos Departamentos de Ciências de Eng.^a Geográfica, de Ciências da Terra e de um ex-Centro do Departamento de Ciências Agrárias, num total de 7 ex-Centros. O Programa foi gerido pela Doutora Ondina Figueiredo até que no despacho N°5/2006 de 28/04/2006, a Doutora Ana Morgado passou a ser a responsável, altura em que se concretizou a mudança dos dois ex-Centros de Geologia e de Cristalografia e Mineralogia para o INETI. Em 2005 foi criado o Centro de Detecção Remota para o Desenvolvimento (CDRD), com elementos do Programa TER cuja responsabilidade caberia ao Doutor José Miguel Pereira, do ISA. Enquanto se aguardou pela autorização do ISA para que o catedrático assumisse as referidas funções, a Eng.^a M^a do Carmo Nunes assumiu a responsabilidade do CDRD como Directora Interina; até que a autonomização deixou de se justificar (despacho N° 9/2006). No relatório anexo o responsável dá conta da experiência.

De acordo com o Relatório GIT 2006, o Programa TER tem enquadramento em dois Consórcios: o BIOPOLIS – o qual conta com a participação da componente SUS do IICT; e o CORNEA que envolve várias áreas nas quais se incluem actividades no âmbito da Observação da Terra.

Correspondendo ao incentivo à associação de instituições com competências afins, o TER tem vindo a restabelecer contactos reactivando protocolos com o Instituto Geográfico do Exército (IgeoE) em 2000, e com o Instituto Geográfico Português (IGP) em 1982. Em relação ao IGP e aquando da visita recente da congénere angolana, foram confirmadas as intenções de reavivar o convénio entre o IICT e o IGP, conforme notícia de 21-07-2007. Apesar da missão das duas instituições ser diferente, foram detectadas afinidades em termos de metodologias e conhecimento científico cuja partilha será benéfica para o TER e IGP. Por forma a dar início à definição de estratégias de colaboração entre as duas instituições, teve lugar no IGP no dia 25, uma reunião com o Vice Presidente do IGP, Doutor Rui Pedro Julião, o Prof. Doutor Mário Caetano, tendo IICT sido representado pela responsável do TER, Doutora Ana Morgado e pela Eng.^a Maria do Carmo Nunes. Procedeu-se à apresentação das valências de ambos os institutos e ficou estabelecido o interesse e intenção mútua de concretizar a colaboração com projectos de investigação comuns.

Ainda inserida no conjunto de iniciativas tomadas para dar resposta à consulta pública a decorrer, teve lugar uma reunião do TER em que foram debatidas questões relacionadas com a sua posição nos consórcios.

O Programa TER como elemento integrante do SUS no BIOPOLIS, tem capacidade de integrar equipas nas áreas representativas dessa Competência Nuclear, devendo ainda beneficiar das sinergias estabelecidas através do CORNEA. O IICT pretende delinear com as instituições acima referidas, assim como com as referenciadas como constituintes do CORNEA (IM, LNEC, IGM, IH), áreas de intervenção que apesar de relacionadas com a temática geral necessitam de uma diferente identificação no Consórcio. Considera-se essencial nesta fase, que todos os elementos afectos ao TER participem nesta abordagem, tentando encontrar nela uma forma de ampliar as suas capacidades de intervenção. A participação em acções de benefício mútuo entre

instituições que desenvolvem actividade científica afim, é uma prioridade das medidas indicadas pelo GIT cuja concretização se propõe ser feita através de Consórcios. O TER tem nestes a oportunidade de encontrar uma forma de expandir a sua capacidade optimizando a utilização de conhecimentos, meios e recursos humanos que permitam apoiar o IICT no cumprimento da sua missão no âmbito de aplicações tropicais.

Nota do ex-responsável do CDRD

O Centro de Detecção Remota para o Desenvolvimento foi concebido para trabalhar na área da monitorização das alterações da cobertura vegetal e uso da terra, dando particular atenção a aspectos relacionados com o sequestro/emissões de carbono e outros gases com efeito de estufa, à análise de zonas importantes para a preservação da biodiversidade e aos problemas de degradação da terra, potencialmente conducentes a problemas de desertificação. A actividade no âmbito destes temas é relevante do ponto de vista do cumprimento das Convenções das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (UNFCCC), para o Combate à Desertificação (UNCCD) e sobre a Diversidade Biológica (CBD), bem como da consecução dos Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio (ODM).

Durante o período, de cerca de um ano, entre a sua concepção inicial e a decisão de não avançar com a sua concretização, o CDRD desenvolveu, de facto, actividade nas áreas de trabalho referidas, através de projectos de investigação científica dotados de financiamentos dos 5º e 6º Programas-Quadro da União Europeia e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. O CDRD também acolheu bolseiros de investigação, que desenvolveram actividade no âmbito destes projectos, ou em temáticas afins. Durante este período foram publicados trabalhos de investigação científica em revistas internacionais com *peer-review* e indexadas pelo *Institute for Scientific Information* (ISI) e foram reforçadas, ou estabelecidas de novo, colaborações com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais.

Faço, de seguida, algumas reflexões motivadas pelo processo de reforma dos Laboratórios do Estado, em curso, com o objectivo de contribuir para o posicionamento desta valência do IICT.

O CDRD não foi concebido como uma unidade “instrumental”, definida em torno da tecnologia, e destinado a “prestar serviços” de processamento de imagens de satélite ou de produção de cartografia digital, para outras unidades do IICT. Bem pelo contrário, e como se refere acima, a sua concepção foi assumidamente temática, substantiva, focada no trabalho sobre as alterações da cobertura vegetal da superfície terrestre e suas relações com o funcionamento sustentável dos ecossistemas. Sintetizando, O CDRD trabalhou **com** detecção remota, mas não **em** detecção remota, aplicando-a aos domínios de competência substantiva dos seus investigadores e colaboradores academicamente mais qualificados. Assim sendo, e face a uma decisão de não-individualização do CDRD, considero que as actividades que aí foram desempenhadas apresentam afinidades claramente maiores com o sector agro-florestal do IICT, do que com a área das ciências da Terra.

As actividades de investigação desenvolvidas no CDRD incidiram sobre áreas geográficas e temáticas com alguma diversidade, o que torna relevante reflectir sobre o posicionamento relativamente aos consórcios criados pela RCM R312/2006 (BIOPOLIS e RISCOS). As actividades que incidiram sobre áreas geográficas mais extensas, de escala continental ou global, sobretudo as focadas em África e relativas a

impactes atmosféricas e climáticos da queima de vegetação, poderão ser relevantes para uma interacção com o consórcio RISCOS, liderado pelo Instituto de Meteorologia, e/ou com departamentos universitários da área da geofísica. Já as actividades de escala regional/local, de cartografia da ocupação do solo e suas dinâmicas, serão mais relevantes para o relacionamento com o consórcio BIOPOLIS e/ou departamentos universitários nas áreas da engenharia agronómica/florestal, ecologia e ambiente.

Como o IICT tem extensa actividade nas áreas da engenharia agronómica e florestal, ao contrário do que se passa com a área da climatologia, creio que seria de privilegiar o relacionamento com a consórcio BIOPOLIS, no que respeita às valências desenvolvidas no CDRD, explorando com carácter complementar a interacção com o RISCOS.

Lisboa, 26.7.2006

José Miguel Cardoso Pereira

B.4 OPINIÕES ENVIADAS PARA O SITE DO IICT

10 de Julho de 2006

O IICT e a História

O relatório do Grupo Internacional de Trabalho e as recomendações sobre a reforma do sistema dos laboratórios de Estado aponta para a manutenção da integridade do IICT, o que deve ser visto como um facto positivo pois trata-se do único laboratório de Estado com uma componente de Ciências Humanas e durante muito tempo temeu-se que essa componente viesse a ser posta em causa. Mas, esse horizonte auspicioso — a confirmar-se — não parece igualmente adequado para todos os campos da investigação que constituem actualmente o IICT. Aqui preocupar-me-ei apenas com um desses campos, ou seja, com o sector do Instituto que está de alguma forma ligado à História.

Ao eleger aquilo que designou “iniciativa portuguesa de acesso ao património” como um dos objectivos centrais do IICT, apostando numa ligação entre Memória e Património, a actual direcção do Instituto parece ter seguido uma estratégia acertada para assegurar a sobrevivência das áreas do conhecimento ligadas ao estudo do passado. A instituição dispõe, de facto, de arquivos importantes e é bom que os seus historiadores se envolvam na importante tarefa de disponibilizar fontes do conhecimento a outros investigadores e ao público em geral. Já está, aliás, em curso um notável esforço nesse sentido. Mas, ao mesmo tempo que, ancorando a História ao Património, essa opção terá conferido uma “utilidade” imediatamente perceptível aos historiadores do IICT, será importante não perder de vista que poderá também vir a limitá-los, tornando-os unidimensionais.

É nesse sentido e enquanto historiador que algumas das recomendações do Grupo Internacional de Trabalho me colocam problemas e me sugerem soluções complementares.

Comecemos, então, pelo enunciado dos problemas:

Em simultâneo com uma recomendação para manter a integridade do IICT, o relatório dos avaliadores acrescenta imediatamente que as suas “historical components” deverão beneficiar de sinergias com “its research activities” (p. 24). Esta frase é algo obscura e poderá ser interpretada como a consagração de uma dissociação entre História e “research activities”, como se fossem coisas distintas. Por outro lado, o Grupo Internacional de Trabalho pensa que o Instituto pode — isto é, deve — fazer mais “in support of Portuguese external relations” (p. 24), se tal lhe for pedido, e, na sua esteira, as orientações emanadas do Conselho de Ministros relembram a necessidade de os laboratórios do Estado aumentarem o seu “apoio ao Governo em matérias de interesse público” (p. 1).

É possível que esta última recomendação não cause problemas especiais nas áreas ligadas às Ciências Naturais. Mas, nas áreas ligadas às ditas Ciências Humanas e, em particular, à História, recomendações ou directivas deste género podem pôr em causa a própria essência da disciplina. Convirá ter presente que a História é um tipo de conhecimento que não deve estar subordinado a interesses políticos. A política do Estado, mesmo quando animada das melhores intenções, como é certamente o caso, não é a política da História, que deve ser livre para buscar os seus objectos de estudo e que deve admitir, à partida, que os resultados obtidos pelo historiador poderão ser incómodos. No contexto do recomendado pelo Grupo de Trabalho, o que aconteceria,

por exemplo, se uma investigação rigorosa chegasse a conclusões contrárias aos interesses da política externa portuguesa? Deveria ser corrigida? Deveria ser ignorada? Dir-se-á que o problema não se coloca por várias razões e desde logo porque, no contexto das mesmas recomendações, a história parece estar exclusivamente ligada ao património. O que nos leva ao eventual problema da dissociação entre as “historical components” e as “research activities”.

Não há dúvida de que a “iniciativa portuguesa” deve figurar na primeira linha das actividades dos historiadores do IICT. Mas, será prudente cavar uma dissociação tão funda entre as duas categorias? Em minha opinião, o Instituto deverá procurar manter, em segunda linha, um conjunto de investigações diversificadas e livres — ainda que no âmbito circunscrito pelas suas identidade, competência e missão — nascidas da imaginação criativa dos seus historiadores. Aqueles que produziram nos últimos anos trabalho de qualidade reconhecida merecem que lhes seja dado um tempo razoável para que possam continuar a demonstrar a validade das suas investigações, porque a história é um conhecimento por acumulação: exige tempo para produzir resultados.

Importa, aliás, frisar que nos últimos anos foi justamente desse sector não directamente ligado ao património que surgiram alguns dos contributos que gozam aparentemente de maior reconhecimento nacional e internacional. E pode acrescentar-se, também, porque esse tema tem sido glosado em várias intervenções, que o número médio de livros e de artigos publicados pelos historiadores do IICT é muito apreciável, sobretudo se tivermos em linha de conta que, por falta de meios, o Instituto deixou há muito de poder sustentar uma política editorial, o que obriga os referidos historiadores a terem de arranjar espaço fora da instituição e num universo ultra-competitivo, para tornarem públicos os seus trabalhos.

E que terá o Instituto a ganhar com estas investigações de segunda linha? Por que razão deverá o Estado pagar os vencimentos de historiadores do IICT que se dediquem a temas não imediatamente associados à “iniciativa portuguesa” para o património? Para que servirão eles? Ou, ampliando a pergunta, para que serve a história (ou a filosofia e outros campos do saber sem aplicação prática tangível e imediata)?

A primeira resposta que me ocorre é que serve para reforçar o sentido crítico e auto-crítico de cada um de nós e da sociedade. Poderão as nossas sociedades ocidentais prescindir dessas crítica e auto-crítica? Não é justamente nessa capacidade para gerar, aceitar e integrar a crítica que reside uma das raízes da sua vitalidade?

João Pedro Marques
Membro do GPAV do IICT

(Texto extraído de "<http://blogs.publico.pt/laboratoriosdoestado/>")

BIOPOLIS e IICT

O Consórcio BIOPOLIS pretende integrar áreas de Biotecnologia. É necessário notar a clivagem que, com a emergência das biotecnologias, se vai notando nas ciências biológicas. Se, por um lado procuram desenvolver tecnologias ligadas ao conhecimento e utilização de recursos naturais numa perspectiva antropocêntrica, por outro procuram o conhecimento dos sistemas biológicos, por eles próprios e muitas vezes com um objectivo de conservação. Começa hoje a emergir a ideia de que para conservar os sistemas naturais não só é necessário preservar a biodiversidade (espécies e populações) como também as dinâmicas entre os seres vivos. A exploração sustentável de recursos naturais procura preservar as espécies mas não as dinâmicas, possibilitando portanto, com o tempo, a alteração antropocêntrica dos sistemas biológicos.

O conhecimento da biodiversidade e a sua conservação contacta bem tanto com a História como com a Antropologia. Contacta com a História em metodologias analíticas, nos paralelismos conceptuais de património histórico e de património natural, nas temáticas de preservação e na museologia. Tanto a Biologia como a História observam questões temporais e a história natural de certas espécies liga-se por vezes à história humana. Estratégias humanas de sobrevivência interligam-se com estratégias biológicas e a exploração e utilização de recursos naturais numa perspectiva etnológica contém frequentemente uma forte componente biológica.

Tanto as novas tecnologias como as estratégias de conservação de biodiversidade são importantes para o IICT, nomeadamente para o programa BIO. Não deixa de ser interessante comparar o papel dos museus de história natural do sec XIX, com a conservação da Natureza em parques e reservas naturais da segunda metade do século XX. Preservar as dinâmicas dos sistemas biológicos passa pela manutenção da biodiversidade em parques naturais; mas a utilização de recursos naturais, a investigação de novos recursos e a previsão e minimização de impactos não pode ser realizada sem as novas tecnologias que são ainda ferramentas utilíssimas na progressão do conhecimento científico, qualquer que ele seja.

As regiões tropicais e, nomeadamente o continente africano, que são o foco da maior parte dos programas em curso no IICT, são ainda mal conhecidas nos seus recursos naturais e onde ocorrem grandes desequilíbrios sociais e ambientais. As novas tecnologias têm um papel a desempenhar no desenvolvimento dessas regiões e, neste sentido, a imersão do IICT num pólo tecnológico só pode permitir otimizar o cumprimento dos seus objectivos. No entanto, a verificar-se a acentuação da clivagem acima referida em desfavor da transdisciplinaridade, poderão ocorrer profundas fracturas quer no IICT quer no próprio consórcio, resultantes de conflitos de objectivos entre a promoção da sustentabilidade ambiental e a do desenvolvimento tecnológico, nomeadamente em áreas directamente relacionadas com a qualidade de vida humana e se se verificarem assimetrias no desenvolvimento de projectos num ou noutro sentido.

A participação do IICT no consórcio, parcial se for seguido à letra o relatório de avaliação do LE, total se se procurar manter a especificidade e a “tradição”, acarretará sempre alguma fragmentação, ainda que, certos programas encontrarão condições para se desenvolverem melhor dentro do BIOPOLIS.

Projectos em biodiversidade e sobre questões ambientais que, mesmo dentro do IICT

deveriam já estar a interligar-se com projectos de carácter mais técnico poderão funcionar no consórcio desde que não se verifiquem os conflitos de objectivos acima indicados, mas podem também funcionar fora, por si sós ou ligados a outras áreas científicas, se a interdisciplinaridade dos projectos for incrementada. A participar no consórcio terá o IICT de envolver bem nas suas dinâmicas científicas as questões relacionadas com o seu património e com as áreas de Ciências Humanas sob pena de perder grande parte da sua própria História.

Concluindo:

1 – A inclusão do IICT no consórcio dar-lhe-á vantagem no acesso a recursos tecnológicos e a financiamentos, e possibilitar-lhe-á um maior dinamismo junto dos países em desenvolvimento.

2 – Provocará alguma fragmentação nas áreas ligadas ao Património e à História e, por isso, retirará alguma especificidade ao IICT.

3 – Poderá dar origem a conflitos de objectivos em projectos voltados para o desenvolvimento sustentável e para a conservação da biodiversidade e tenderá minimizar os projectos em que esta seja o tema dominante, os que se desenvolvam em parques naturais ou os que não estejam directamente enquadrados pelas questões relativas à exploração de recursos naturais

4 – Deveria ser ponderado se as vantagens da participação do IICT no consórcio não poderiam ser obtidas por outros meios tais como a celebração de convénios e de protocolos.

Margarida Pinheiro

BIOPOLIS

Para começar, é necessário recordar a sequência dos acontecimentos: 1) a comissão de avaliação dos laboratórios de estado sugeriu a criação de um consórcio de ‘agro-food research’ onde se incluiria a vertente agrícola do IICT; 2) em documento do conselho de ministros, o consórcio, já denominado Biopolis, passou a incluir ciências biológicas (eu depreendo, obviamente, que se referem à área da biologia onde se desenvolve investigação agro-alimentar); 3) em documento difundido pelo GPAV-IICT, apresentou-se um esquema onde todo o programa BIO passou a fazer parte do Biopolis. Ou seja, o que era (a meu ver) inicialmente uma unidade coerente orientada para a investigação agro-alimentar, passou a ser um aglomerado onde se tenta encaixar tudo.

Alguém decidiu incluir num *Consórcio de Investigação Agro-Alimentar* as unidades de investigação do IICT que desenvolvem investigação sobre *Biodiversidade*. Não se trata de adicionar uma vírgula a um documento, trata-se de desvirtuar a ideia original. Quem o fez, aparentemente, desconhece que na Biologia, apesar de haver áreas que estão ligadas à investigação agro-alimentar, outras há também que nada tem a ver com o assunto. E que são estas que constituem o cerne da actividade que se tem desenvolvido e continua a desenvolver nos dois ex-Centros de Botânica/Zoologia, ou seja a investigação com base nas colecções biológicas. Eu, como bióloga, demarco-me completamente dessa vertente agro-alimentar – a investigação que desenvolvo tem em vista o conhecimento e conservação da biodiversidade, numa perspectiva *não-antropocêntrica*. Isto é, em termos crus, não estamos a estudar as plantas e animais para os conservar porque pensamos que, um dia, nos poderão servir de alimento, ou fornecer tratamento para as nossas doenças ou entretenimento para as crianças. Estuda-se e conserva-se a biodiversidade simplesmente porque se deve manter a *Terra* em toda a sua diversidade – algo de que só o ser humano como animal consciente se pode aperceber e no qual se deve empenhar.

No IICT existe uma área de investigação em biologia não-tecnológica e não-antropocêntrica que não se enquadra num contexto agro-alimentar. Esta área existe, não porque há um ou dois projectos, ou meia dúzia de investigadores, mas sim porque temos a estrutura necessária para tal. Entenda-se que a estrutura aqui não é um laboratório, trata-se de colecções biológicas únicas e insubstituíveis, de valor incalculável. No caso da botânica são 300.000 espécimes, e, presume-se, a melhor representação a nível mundial das floras de Angola e Moçambique. Actualmente, nenhuma instituição se pode ‘equipar’ com uma colecção destas. A colecção permite-nos desenvolver estudos de biodiversidade dos PALOP que não podem ser desenvolvidos por outros que não possuem este material de referência, e põe-nos, portanto, numa posição vantajosa em relação a outras instituições europeias. Temos uma ferramenta de trabalho imprescindível, fruto do trabalho de botânicos ao longo de mais de um século, que não pode ser comparável a infraestruturas laboratoriais ou informáticas que qualquer um adquire, haja acesso a financiamento.

Ao ler a recomendação original da comissão de avaliação, parece-me óbvio que a área da biologia que estuda a biodiversidade de habitats naturais não teria cabimento num consórcio agro-alimentar. Pretender-se agora a integração desta área nesse consórcio parece revelar desconhecimento das áreas científicas, do valor das colecções biológicas do IICT e da investigação que se tem desenvolvido com base nestas colecções. A minha opinião é de que não se desvirtue o conceito original e que não se integre nesse Biopolis a vertente não-biotecnológica e não-‘agrícola’ do BIO. A integração no Biopolis não contribuirá em nada para o desenvolvimento desta área nem tão pouco para a obtenção

de financiamentos pela simples razão de que os nossos parceiros de projectos são essencialmente as universidades e museus de história natural, e não as entidades referidas no Consórcio. Penso que há motivos suficientes para as colecções e investigação associada constituírem uma unidade independente e não terem de ficar ligadas a um consórcio de entidades com as quais não há afinidade.

E.Figueiredo

B.5 NOTA SOBRE A REUNIÃO GERAL DE TODOS OS FUNCIONÁRIOS E COLABORADORES
DOCUMENTO SOBRE A CONCENTRAÇÃO DE MORADAS
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO E RESPOSTA DO INSTITUTO

Reunião da Comissão Paritária com todos os funcionários e colaboradores do IICT, no auditório do CCCM.

Concentração de moradas; Consulta pública sobre Sistema Reforma Laboratórios do Estado; Plano de Actividades para 2007; Apresentação do Director do Jardim Tropical e do Programa BIO e quotas de avaliação foram os principais temas abordados nesta reunião.

No dia 27 de Julho pelas 14,30 horas, realizou-se a 2ª Reunião Geral da Comissão Paritária com todos os funcionários e colaboradores do IICT, no CCCM. Estiveram presentes 131 pessoas e houve 51 faltas justificadas. Maria Lucinda Brito coligiu os elementos para esta nota, completada pela direcção.

Iniciou a reunião o Dr. António Melo, que começou por referir o tema da reunião anterior de todos os funcionários do IICT. Informou a esse respeito que o CCA teve de “chamar a si” a responsabilidade de se cumprirem as quotas, dado que ultrapassavam em larga escala as impostas por Lei. Sobre este assunto algumas pessoas manifestaram-se relativamente a ter baixado a nota que lhes foi dada pelo seu superior hierárquico.

Sobre a concentração de moradas o Dr. A. Melo, referiu que se tem vindo a concretizar talvez com alguma dificuldade para que não se prejudique o espólio do IICT. Fez referência às moradas já extintas, Antropobiologia, Geografia, Geologia, Cristalografia e Mineralogia e, brevemente a Geodesia que aguarda só que as obras da Junqueira 5 estejam concluídas para se efectuar a sua transferência. Sobre a morada de Coimbra concluiu sobre este assunto, que já deixou de ser encargo para o IICT ficando o HIST de estudar o destino a dar ao espólio existente.

O Dr. A. Melo passou depois a palavra ao Sr. Presidente do IICT, Prof. Doutor Jorge Braga de Macedo, que abordou os temas que se encontram em linha no sítio do IICT para consulta, constando do despacho nº 9/06 de 3/07/2006. Nomeadamente, fez o relato do Processo de consulta Pública e resumiu o relatório do GPAV tratando ainda de outros assuntos como o documento do Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios do Estado, a Liga dos Amigos do Jardim Tropical, Reestruturação do MEM e TER. Recomendações do Grupo Internacional de Trabalho, e Resolução do Conselho de Ministros (29 de Junho de 2006).

O Doutor Alfaro Cardoso pronunciou algumas palavras sobre as conclusões do Fórum a que pertence, e transmitiu a sua concordância com as recomendações do Grupo Internacional de Trabalho no que se refere aos LE e em particular ao IICT: O documento indica que as Leis Orgânicas dos Ministérios foram aprovadas antes de terminar o prazo de consulta pública. Refere ainda a situação do INETI que foi extinto e que vai ser distribuído por vários Laboratórios e a chamada de atenção sobre a mobilidade que possivelmente não se efectua só nos Laboratórios extintos mas em todos os Laboratórios do Estado. Antes disso recordou o plano prospectivo quinquenal, enviado pelo conselho científico à tutela em Maio de 2005 e entendeu que o plano de

actividades para 2006 não havia sido tão lento como o presidente do IICT dera a entender na sua intervenção. Em resposta à pergunta do mesmo relativamente à ausência de menção expressa ao IICT no documento do Fórum, apesar da sua especificidade tropical e de ser o único laboratório de estado com competência nas ciências sociais e no património, o Doutor Alfaro Cardoso justificou-se dizendo que a razão era o IICT estar bem, o que provocou o gáudio dos circunstantes, cientes das duras críticas que ele tem dirigido à direcção (tendo-se demitido na altura da avaliação para ser reeleito semanas depois, como foi abundantemente noticiado). Perante esta reacção geral, emendou dizendo que estando bem não estava bem e regressou ao seu lugar na primeira fila.

O Dr. Miguel Jasmins focou o aspecto dos recursos humanos que dão apoio aos investigadores, dado que se perderem estes recursos poderá ser prejudicial para o bom desempenho do trabalho científico e de investigação. O Sr. Presidente sobre este assunto referiu que “o equilíbrio entre trabalho científico e de Administração cabe às chefias intermédias e se dirige muito especialmente aos investigadores.

O Presidente apresentou, dando depois a palavra ao novo Director do JT, Doutor Luís Filipe Pedrosa que é também Presidente da Liga dos Amigos do Jardim Tropical.

O Doutor L. Pedrosa numa breve síntese focou que o JT poderá, se lhe derem meios (já que sem ovos não se fazem omeletas) ser uma “montra e um palco ” montra dos trabalhos realizados pelo IICT, trabalhos esses que normalmente não são mostrados ao público em geral e, palco para actividades artísticas e culturais, tais como; bailado, teatro, exposições etc.. Sobre este assunto a Assembleia embora não se tenha manifestado na ocasião, soube mais tarde que ficaram satisfeitos com estas ideias inovadoras, pois á semelhança do que já se faz em Seteais, no Palácio de Queluz e no Palácio do Marquês de Pombal em Oeiras, em Lisboa não existe nada deste género ao ar livre, e será bom aproveitar um espaço tão bonito e ao mesmo tempo bastante central como é o Jardim Tropical.

Sobre a reestruturação do MEM o Presidente deu a palavra ao Dr. Victor Rosado Marques e ao Dr. Victor Rodrigues que focaram o interesse de dar continuidade às actividades existentes em prol da CPLP.. O Dr. Victor Rodrigues focou o interesse da fusão entre SOC e HIST. A Doutora Ângela Domingues, salientou que estes dois elementos que fazem parte deste grupo de trabalho têm tido um grande respeito pelo trabalho existente e um grande envolvimento com a reestruturação desenvolvida.

A reunião terminou por volta das 17 horas, tendo o Presidente mencionado ainda a reestruturação do TER, as relações do IICT com o IGP e IGCA recentemente reavivadas, bem como os relatórios do responsável do Projecto e do Doutor Cardoso Pereira, tendo a Comissão Paritária anunciado que se iria realizar outra reunião em meados de Setembro só com os funcionários não investigadores, para esclarecer a definição de objectivos e quotas de avaliação e, os critérios para se conseguir chegar ao excelente e Muito Bom.

IICT, 28 de Julho de 2006

CONCENTRAÇÃO DE MORADAS

O processo de concentração de moradas - de que sou, como é sabido, responsável - tem-se revelado complexo, difícil e impopular, deparando-nos muitas vezes com dificuldades endógenas, que muito complicam e atrasam esse processo. Sem prejuízo e dentro do destino do andar térreo do Palácio Burnay, a concentração faz-se à volta de três moradas icónicas, CIFC, Jardim Tropical e *Campus Junqueira/Tapada*.

Como é sabido, esta concentração iniciou-se com a eliminação dos endereços dos antigos Centros de Etnologia Ultramarina, de Estudos de Antropologia Cultural e Social, de Geografia, não isenta de vicissitudes. Foi também desactivada a morada do ex-Centro de Antropobiologia. Desta morada saiu já para a Sociedade de Geografia uma parte do espólio, estando em curso um processo de selecção da documentação e bens que interessa salvaguardar, tendo em vista a eliminação do que se não justifique manter, tarefa a cargo da Senhora Dr^a Cristina Neto, com o apoio dos serviços competentes da DAS.

Iniciou-se depois o processo de eliminação das três moradas dos ex-Centros de Geologia e de Cristalografia e Mineralogia com a integração no INETI/IGM, por recurso a forma de mobilidade dos investigadores e de um técnico afectos àqueles endereços, integração aliás recomendada pelo Grupo Internacional de Trabalho para a Reforma dos Laboratórios de Estado.

A mudança para o IGM decorria a bom ritmo mas, infelizmente, foi temporariamente interrompida pelo facto de terem sido transferidos equipamentos e documentação que não deviam ter ido, tal como tinha sido acordado por escrito entre o IICT e o INETI.

Aguarda-se ainda um esclarecimento da situação para que o processo seja retomado com a brevidade possível.

Quanto à morada de Coimbra deixou já de ser encargo para o IICT, por ter ocorrido a aposentação da única funcionária ainda em funções naquele núcleo e com a desactivação do respectivo número de telefone.

Aguarda-se proposta do programa HIST para se decidir do destino a dar ao espólio lá existente.

Estão por outro lado em fase de conclusão as obras no 1º andar do nº 5 da Rua da Junqueira, o que permitirá finalmente e num prazo muito curto proceder à eliminação da morada do ex-Centro de Geodesia.

No que se refere à morada icónica Eixo Junqueira / Tapada, ocorrem negociações já algo demoradas por falta de resposta quer do ISA quer da Faculdade de Medicina Veterinária, no sentido da renegociação das condições de ocupação das Unidades do IICT na Tapada e no Alto da Ajuda.

O Sr. Presidente deslocou-se já ao ISA por forma a dar um impulso ao processo negocial mas neste momento assiste-se uma situação de impasse que o Sr. Engº Leitão, que tem tido a seu cargo a representação do IICT, vai tentar ultrapassar com o seu interlocutor do lado do ISA. Talvez o Sr. Engº tenha algo a acrescentar.

Quanto à Faculdade de Medicina Veterinária eu próprio me reuni com o Presidente do Conselho Directivo da Faculdade, a quem enderecei também correspondência sobre a matéria, que ainda não obteve resposta.


De qualquer modo, e tal como foi sugerido pelo Grupo Internacional para a Reforma dos LE (GIARLE) existem negociações no sentido de uma solução idêntica à que

ocorreu no âmbito das geociências, com a integração ainda que parcial no Laboratório Nacional de Investigação Veterinária.

Face às recomendações do Relatório do Grupo Internacional de Trabalho para a Reforma dos Laboratórios de Estado para a criação do BIOPOLIS com a participação de valências do IICT, o BIO/JMAT, embora com moradas geograficamente afastadas do Pólo de Oeiras, ficará a ele funcionalmente ligado, no que diz respeito à componente investigação. Talvez o Prof. Pedrosa venha acrescentar alguma coisa quando falarmos mais tarde da Liga dos Amigos do Jardim.

O processo de concentração, para além das vantagens em termos de funcionalidade, interdisciplinaridade e de redução de custos de toda a ordem reconhecidas por todos, tem demonstrado ter outras, menos perceptíveis mas igualmente importantes: há casos de verdadeira recuperação de funcionários que sendo recolocados noutras serviços, passaram a sentir-se melhor integrados, aproveitados e mais úteis ao IICT, apesar de inicialmente mal recebidos, afastando alguns fantasmas que os perseguiram e até os precediam quando mudavam de serviço. Temos disso um bom exemplo geograficamente muito próximo daqui e que envolve atendimento telefónico. Penso que fui claro. A concentração das moradas conta com a colaboração de várias pessoas e designadamente com o GPAV, mas, como tive ocasião de referir noutras ocasiões e a outros propósitos estou, também neste processo disponível para receber opiniões e participações de todos os julguem poder ajudar neste empreendimento, começando por esta mesma oportunidade.


**APRESENTAÇÃO EM POWERPOINT NA REUNIÃO DA COMISSÃO PARITÁRIA COM
TODOS OS FUNCIONÁRIOS E COLABORADORES DO IICT**



**Reunião da Comissão Paritária
com todos os Funcionários e
Colaboradores do IICT**


Reforma dos Laboratórios de Estado

27 de Julho de 2006, 14:30h Auditório CCCM




Excertos do despacho nº 9/06 do Presidente do IICT, de 3/07

- O processo de consulta pública envolve todas as partes interessadas, salientando a concentração de moradas cujo progresso é criticado.
- A Direcção associou-se à Comissão Paritária (CP) para apoiar a acção do GPAV, responsável por relatórios sucessivamente aprovados pelos órgãos externos (CO.UA) e internos (CC e CP) do IICT, nomeadamente :
 - ZEN,
 - PRACE,
 - PA06
 - RA05.



Excertos do despacho nº 9/06 do Presidente do IICT, de 3/07

- O GPAV também foi responsável pelo enquadramento do plano de actividades para 2007 (PA07), aprovado pelo CO.UA e largamento debatido entre os investigadores interessados em Maio-Junho passado.
- Esta reunião geral de funcionários dá conta do processo, seguindo o formato da reunião de 19 de Abril para debater o novo sistema de avaliação dos funcionários.
- O processo de consulta pública aumenta a responsabilidade do GPAV e sugere o reforço da interacção das competências nucleares identificadas no relatório ENCA, em Janeiro de 2005.



Ordem dos trabalhos

1. Concentração de moradas
2. Relato do processo de consulta pública (reuniões sectoriais) e resumo do relatório do GPAV
3. Outros assuntos, Documento do Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios de Estado, Liga dos Amigos do Jardim Tropical, Reestruturação de MEM, TER, etc.



Documentos em Discussão Pública

Grupo Internacional de Trabalho - GIT

- **Recomendações**
- **Resolução do Conselho de Ministros (29.Junho.2006)**



Principais Medidas Gerais apontadas pelo GIT:

- **Identificação de Áreas Relevantes**
Energia, Agro-Food, Saúde e Ambiente, Uso do Solo ...
- **Novas Iniciativas**
Tecnologias de Informação, Segurança Global, Espaço, Riscos Naturais, Protecção do Ambiente ...
- **Avaliação do Estado Actual dos LE**
Recursos Financeiros e Humanos, Gestão, Orientação ...
- **Novo Sistema de Governação dos LE**
Interligação entre Instituições I&D ...
- **Avaliação do Cadastro Patrimonial**
- **Definição de Consórcios**
BIOPOLIS, CORNEA



GIT – Observações Específicas para o IICT:

- **Recomendações**
 - Identificação do Apoio a outros Ministérios
 - Identificação dos Futuros Utilizadores do IICT entre os países tropicais
 - Envolvimento de todos os beneficiários das actividades do IICT no trabalho científico do Instituto
 - Novo esquema de Financiamento do IICT
 - Redução da Dispersão Geográfica
 - Reforço e Término de Áreas Científicas



GIT – Observações Específicas para o IICT:

- **O GIT reconheceu ainda:**
 - Clarificação da missão do IICT
 - O IICT pode fazer mais pelas Relações Externas
 - Manutenção da Integridade
 - Concentração em temas relacionados com as Área Tropicais
 - Centros de Excelência a nível internacional (ex. CIFIC)
 - Necessidade de atrair Fundos Internacionais [ONU, Banco Mundial, Comissão Europeia ...]



GIT – Observações Específicas para o IICT:

- **O IICT é envolvido em 2 Consórcios:**
- **BIOPOLIS** – na sua competência nuclear SUS
- **CORNEA** – nas actividades relacionadas com a cartografia e disciplinas afins (TER)



Proposta do Conselho de Ministros – 29.Junho.2006

Orientações para a Reforma dos Laboratórios de Estado

Consulta Pública – 30 dias

Reuniões sectoriais, relatório do GPAV, casos especiais (Jardim Tropical, MEM e TER)



Proposta do Conselho de Ministros – 29.Junho.2006

A Reforma será Implementada em 2 fases:

A Reforma do sistema dos LE no seu conjunto

- Reforma do Estatuto Jurídico
- Redefinição de Identidade, Competências e Missões
- Criação de Consórcios, definição de agrupamentos de LE e outras formas de cooperação com empresas e outras entidades

Reforma ou Instalação de cada LE

- Definição de calendários
- Normas de Transição
- Definição de regimes de instalação



Resolução do Conselho de Ministros – 29.Junho.2006

- Deixam de ser LE o IGM/JM e o DGPC
- É extinto o INETI, integrado em diversas instituições
- O IML passa a LE
- É criado um LE – o Laboratório de Recursos Biológicos Nacionais (LRBN)
- Avaliação da Relocalização das sedes de alguns LE (3 meses)
- Estudo das instalações e terrenos afectos a cada LE (6 meses)
- É criado o Programa Mobilizador dos Laboratórios de Estado (FCT, CC)
- É criado um Comité Científico e Técnico Internacional, para consulta e acompanhamento da reforma dos LE



Resolução do Conselho de Ministros – 29.Junho.2006

São criados 5 Consórcios:

- **BIOPOLIS** (Oeiras) – LRBN+IICT [SUS] e ITQB, IBET, IGC, outros
- **FÍSICA-N** (Sacavém) – ITN e FCCN, outros
- **RISCOS** (Aeroporto [IM]) – IM+LNEC+IH, outros
- **OCEANO** (Convento das Trinas [IH]) – IH+IM, outros
- **CIV** (Açores) – LVUA, outros



O IICT nas Orientações para a Reforma dos LE

Apreciação que foi feita ao IICT:

- Incrementar a especificidade tropical do IICT
- Optimizar e reorganizar as áreas científicas
- Manutenção da integridade fundamentada em sinergias entre as 3 componentes nucleares
- Reformular o esquema de financiamento do IICT
- Acelerar a redução da dispersão geográfica
- Reforçar a ligação a outros LE e Instituições, inclusão no BIOPOLIS e CORNEA



O PA-2007 no contexto das Orientações do CM

CPLP

Iniciativa Portuguesa – MEM e PAT

ODM – SUS e MEM



GIT – Quadros em Anexo

Maioria dos valores baseados nos dados estatísticos (2001-2003) IPCTN, OCES

Valores 2006 baseados em dados da AP

Foram encontradas discrepâncias entre o Relatório e os dados fornecidos pelo IICT, nomeadamente em relação a:

- Recursos Financeiros
- Recursos Humanos

ANEXO C. QUADROS DE ANÁLISE COMPARATIVA DO IICT EM RELAÇÃO AOS OUTROS LE

Tabela 1 - Despesas e origem do financiamento de I&D (2001/2003), baseadas nos dados estatísticos do IPCTN 2003, OCES.

[adaptada do appendix 1 to the Report of the International Working on the Reform of the State Laboratories, table 5]

| | | Fundos Governamentais | | | | | | | | | |
|----------------------|--------------------------|-----------------------|---------------------|--------------|--------------------|--------------|-----------------|-------|---|------|------|
| x1000€ | Total de despesas em I&D | | Orçamento de estado | | Fundos estruturais | | Fundos próprios | | Fundos de instituições s/ fins lucrativos | | |
| | Ano | 2001 | 2003 | 2001 | 2003 | 2001 | 2003 | 2001 | 2003 | 2001 | 2003 |
| IICT | 7.689 | 5.992 | 6.592 | 5.732 | 930 | 218 | 133 | - | 13 | - | |
| Total dos LE | 151.500 | 115.200 | 115.026 | 85.312 | 17.384 | 10.342 | 1.674 | 1.713 | 109 | 630 | |
| IICT/Total LE | 5,08% | 5,20% | 5,73% | 6,72% | 5,35% | 2,11% | 7,95% | | 11,93% | | |

Financiamento através dos Fundos Governamentais (2003)

| | Totais | OE |
|---------------------|--------------|--------------|
| IICT | 99,3% | 95,7% |
| Total dos LE | 84,4% | 74,1% |

Tabela 2. Evolução do orçamento global dos LE (2002-2006), baseada nos dados estatísticos do IPCTN 2003, OCES.

[adaptada do appendix 1 to the Report of the International Working on the Reform of the State Laboratories, table 6]

| x1000€ | Orçamento Global | | | | | |
|---|------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
| IICT | 9.000 | 10.235 | 9.098 | 8.498 | 8.907 | 8.245 |
| Orçamento Total dos LE (Estado+PIDDAC+outras fontes) | 221.845 | 236.682 | 200.781 | 189.507 | 202.288 | 198.078 |
| Orçamento de estado para a C&T | 875.575 | 1.010.903 | 993.008 | 1.067.010 | 1.239.191 | 1.315.397 |
| IICT/Orçamento de estado C&T | 1,03% | 1,01% | 0,92% | 0,80% | 0,72% | 0,63% |

Tabela 3. Investigadores e pessoal total em C&T, 2001/2003, baseada nos dados estatísticos do IPCTN 2003, OCES. [adaptada do appendix 1 to the Report of the International Working on the Reform of the State Laboratories, table 9]

| | Pessoal total em C&T (inclui investigadores e técnicos) | | | | Investigadores (inclui apenas investigadores) | | | |
|--------------------|--|-------|--------|-------|--|-------|--------|-------|
| | 2001 | | 2003 | | 2001 | | 2003 | |
| | N | ETI's | N | ETI's | N | ETI's | N | ETI's |
| IICT/Total | 3,89% | 3,99% | 2,33% | 2,51% | 4,44% | 4,02% | 3,78% | 3,59% |
| Total ETI/N | 92,11% | | 85,78% | | 99,37% | | 96,86% | |
| IICT ETI/N | 94,45% | | 92,44% | | 89,93% | | 92,12% | |

Tabela 4. Investigadores por grau académico (ETI's), 2001/2003, baseada nos dados estatísticos do IPCTN 2003, OCES. [adaptada do appendix 1 to the Report of the International Working on the Reform of the State Laboratories, table 10]

| ETI's | Investigadores | | Licenciados | | Mestrados | | Doutorados | |
|-------------------|----------------|---------|-------------|---------|-----------|-------|------------|---------|
| | 2001 | 2003 | 2001 | 2003 | 2001 | 2003 | 2001 | 2003 |
| IICT | 126,8 | 108,7 | 39,6 | 22,8 | 29,8 | 19,4 | 57,4 | 66,5 |
| Total | 3.155,1 | 3.024,9 | 1.293,5 | 1.177,1 | 588,0 | 595,0 | 985,8 | 1.040,1 |
| IICT/Total | 4,02% | 3,59% | 3,06% | 1,94% | 5,07% | 3,26% | 5,82% | 6,39% |

Tabela 5. Distribuição do pessoal pelas categorias de investigação, 2006.

[adaptada do appendix 1 to the Report of the International Working on the Reform of the State Laboratories, table 11]

| LE | Coordenadores | Principais | Auxiliares | Supranumerários | Ass. de Investigação | Investigadores convidados | Bolsseiros | |
|-------------------|---------------|------------|------------|-----------------|----------------------|---------------------------|------------|---------------------|
| | | | | | | | FCT | Própria instituição |
| IICT | 3 | 6 | 55 | 9 | 3 | 1 | 23 | 4 |
| Total | 65 | 118 | 267 | 53 | 144 | 10 | 95 | 270 |
| IICT/Total | 4,62% | 5,08% | 20,60% | 16,98% | 2,08% | 10,00% | 24,21% | 1,48% |

Tabela 6. Publicações (2001-2005), baseadas em dados do trabalho realizado em Março-Abril 2006.
 [adaptada do appendix 1 to the Report of the International Working on the Reform of the State Laboratories, table 15]

| LE | 2001 | | | | | 2002 | | | | |
|------------|---------|-----------|--------|--------|--------|---------|-----------|--------|--------|--------|
| | Artigos | | Livros | Outros | Total | Artigos | | Livros | Outros | Total |
| | Nac. | Internac. | | | | Nac. | Internac. | | | |
| IICT | 41 | 60 | 7 | 296 | 404 | 82 | 58 | 23 | 256 | 419 |
| Média | 15,8 | 44,7 | 8,2 | 253,7 | 263,7 | 25,1 | 56,2 | 12,1 | 141,9 | 192,5 |
| Total | 142 | 402 | 74 | 2.283 | 2901 | 226 | 506 | 109 | 1.277 | 2118 |
| IICT/Total | 28,87% | 14,93% | 9,46% | 12,97% | 13,93% | 36,28% | 11,46% | 21,10% | 20,05% | 19,78% |

| LE | 2003 | | | | | 2004 | | | | |
|------------|---------|-----------|--------|--------|--------|---------|-----------|--------|--------|--------|
| | Artigos | | Livros | Outros | Total | Artigos | | Livros | Outros | Total |
| | Nac. | Internac. | | | | Nac. | Internac. | | | |
| IICT | 24 | 59 | 7 | 264 | 354 | 35 | 67 | 3 | 341 | 446 |
| Média | 26,3 | 60,6 | 4,5 | 252,3 | 312,5 | 25,9 | 63,9 | 9,1 | 318,5 | 379,5 |
| Total | 263 | 606 | 45 | 2.523 | 3437 | 259 | 639 | 91 | 3.185 | 4174 |
| IICT/Total | 9,13% | 9,74% | 15,56% | 10,46% | 10,30% | 13,51% | 10,49% | 3,30% | 10,71% | 10,69% |

| LE | 2005 | | | | |
|------------|---------|-----------|--------|--------|-------|
| | Artigos | | Livros | Outros | Total |
| | Nac. | Internac. | | | |
| IICT | 5 | 27 | 5 | 339 | 376 |
| Média | 23,4 | 66,4 | 6,3 | 319,4 | 377,2 |
| Total | 234 | 664 | 63 | 3.194 | 4155 |
| IICT/Total | 2,14% | 4,07% | 7,94% | 10,61% | 9,05% |

ANEXO D. DOCUMENTOS INTERNOS

D1. DESPACHO Nº 9 DE 03.07.2006 DO PRESIDENTE DO IICT

As orientações para a reforma dos Laboratórios de Estado determinada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 198/2005, de 28 de Dezembro foram aprovadas no Conselho de Ministros de 29 de Junho de 2006 e divulgadas, conjuntamente com o relatório do Grupo Internacional de Apoio à Reforma dos Laboratórios de Estado (GIARLE), depois de conferência de imprensa realizada ao início da tarde. Como esperava, a integridade do IICT é consagrada, aderindo a sua “vertente de agricultura tropical e ciências biológicas” ao consórcio BIOPOLIS, centrado em Oeiras, “o qual deverá ser estruturado e desenvolvido em estreita articulação internacional”. Tal implica melhorar a interacção não só entre o IICT e o CGIAR para benefício dos restantes membros do pólo de Oeiras mas também entre vários programas e centros do IICT para benefício da investigação interdisciplinar e do desenvolvimento lusófono.

O processo de consulta pública que então se iniciou deverá envolver todas as partes interessadas, permitindo auscultar reacções durante trinta dias. Determinei assim que a Direcção se associasse à Comissão Paritária para apoiar a acção do GPAV, constituído pelo despacho nº 29/2005, de 9 de Dezembro. Sabe-se que o GPAV foi responsável pelo relatório ZEN (do nome do presidente do GIARLE, Doutor Jean-Pierre Contzen), pela interacção com o PRACE, pelo plano de actividades para 2006 (PA06) e pelo relatório de actividades para 2005, sucessivamente aprovados pelos órgãos externos e internos do IICT. Quanto ao enquadramento do plano de actividades para 2007 (PA07), foi largamente debatido entre os investigadores interessados.

Por feliz coincidência, nessa mesma manhã, realizara-se no IICT a eleição dos novos membros da Comissão Coordenadora do Conselho Científico, substituindo um órgão que se tornara disfuncional muito antes da demissão do respectivo Presidente, em 4 de Maio. Ladeado agora pela decana dos investigadores (que adiou a reforma por alguns meses em testemunho de desvelo institucional), o Presidente reeleito do Conselho Científico poderá colaborar no processo. De facto, na sua 44ª reunião, realizada em 23 de Junho, a Direcção (alargada à Comissão Paritária e na presença dos recém-empossados Presidente e Vice-Presidente do Conselho Científico) encarregou o GPAV de preparar o PA07. Para tal, nomearam-se coordenadores sectoriais, reflectindo os treze programas e centros que estruturam o PA06 e criou-se a morada gpav.iict@gmail.com.

A base acordada para o PA07 foi o Enquadramento determinado em 8 de Maio pelo Conselho de Orientação e a Unidade de Acompanhamento, segundo o qual a prioridade deveria ir para a CPLP, nomeadamente a “iniciativa portuguesa de acesso ao património” e o acompanhamento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. O relatório do GIARLE menciona as sinergias entre património histórico e investigação depois de lamentar que o IICT não tenha sido mais usado na política externa portuguesa, agora que a sua missão está clarificada. Sabe-se até que ponto os órgãos externos têm contribuído para a ligação à CPLP.

Justifica-se pois duplamente que as submissões dos investigadores, solicitadas na primeira mensagem, enviada a 26 de Junho, para entrega antes de 14 de Julho, sejam hierarquizadas de acordo com aquelas duas prioridades.

Além de orientar o plano de actividades, a discussão pública determinada a 29 de Junho e o seu acompanhamento subsequente, o GPAV também deve continuar a intervir na

concentração de moradas regulada no despacho nº 24/2005 de 26 de Setembro. Acumulou experiência para o efeito na resposta ao relatório da CRIP, baseado na submissão feita pela Direcção em Maio de 2004, na qual se enunciou o objectivo de reduzir as 26 moradas em Lisboa (mais uma em Coimbra, agregada ao HIST) para 20, mau grado a contestação judicial da Reitoria da Universidade Técnica à ocupação do andar térreo do Palácio Burnay, então devoluto. Como previsto no relatório ZEN, está eminente o encerramento das moradas referidas nas rubricas 5), 15), 16), 18) e 19) das pp. 25-27 do Relatório do GIARLE que, ainda assim, na p. 24, o Relatório do GIARLE regista (em inglês) que “a redução na dispersão geográfica não progrediu efectivamente”. Existiriam então o pólo de Oeiras, o JMAT em Belém (incluindo dois depósitos) e o Campus Junqueira/Tapada (incluindo 13 das moradas referidas ibid. mas excluindo o ex-Centro localizado na Faculdade de Medicina Veterinária.

A discussão pública culminará pois numa reunião geral de funcionários, na segunda metade de Julho, na qual se possa dar conta do processo, seguindo o formato da reunião de 19 de Abril para debater o novo sistema de avaliação dos funcionários. O processo aumenta a responsabilidade do GPAV e sugere o reforço da interacção das competências nucleares identificadas no relatório ENCA, em Janeiro de 2005. O mandato renovado do GPAV é da maior importância para o IICT, devendo ser devidamente ponderado no prosseguimento das carreiras dos seus membros.

Assim,

nomeio secretária do GPAV a Dra Maria João Garcia, assessora que já colaborou nas informações prestadas ao PRACE. Sem prejuízo das atribuições das três chefias previstas na lei orgânica nem das referentes aos treze programas e centros (nomeadamente a estrutura de coordenação acordada para o PA07), dou ao GPAV autoridade científica sobre as três competências nucleares.

O GPAV é estruturado nos seguintes termos (i = responsável, ii = suplente): MEM=DES, HIST, SOC, sendo que DES e HIST agregam os dois núcleos de SOC, em termos a determinar pelo grupo de trabalho nomeado pelo despacho nº 7/2006, de 8 de Junho:

- i. Dr. Vítor Rosado Marques (suplente do DES)
- ii. Doutor João Pedro Marques (responsável do SOC)

PAT=AHU, JMAT, PI:

- i. Doutora Ana Cannas (directora do AHU)
- ii. Dr^a Maria João Garcia, secretária.

SUS= AGRI, BIO, TER, CIFC, ECO-BIO, FLOR: tendo em atenção as considerações apresentadas no Relatório do GIARLE deixa de se justificar a autonomização do CDRD, mantém-se a associação BIO/JMAT e deve-se melhorar a interacção entre os restantes programas e centros de modo a aumentar o impacto do IICT no BIOPOLIS:

- i. Doutora Ana Morgado, coordenadora (responsável do TER),
- ii. Doutora Ana Ribeiro, secretária portuguesa do CGIAR (suplente do ECO-BIO).

Lisboa, 3 de Julho de 2006

O PRESIDENTE (Jorge Braga de Macedo)

D2. NOTA SOBRE 46ª REUNIÃO DE DIRECÇÃO COM O GPAV, DE 28 DE JULHO DE 2006

A Direcção e o GPAV reuniram-se no passado dia 28 de Julho, na sede do IICT, tendo sido abordados os seguintes assuntos: Conclusão do processo de consulta pública; Apreciação do relatório do GPAV. Estiveram presentes: Prof. Jorge Braga de Macedo; Dr. António Melo; Doutora Angela Domingues, Engº Eduardo Leitão, Doutora Ana Morgado, Dr Vitor Marques, e Srª D. Manuela Carvalho (que elaborou esta nota)

Procedeu-se à análise do relatório elaborado pelo GPAV em resposta ao relatório do GIT sobre o IICT. Foram feitas algumas alterações de modo a evidenciar os aspectos mais positivos e mais relevantes que o IICT desenvolveu até à data.

A Direcção foi unânime quanto às conclusões finais a apresentar no relatório a enviar ao MCTES as quais deverão estar em articulação com o Plano de actividades, estrutura orgânica, redução de moradas e programas científicos e perspectivarem um grande dinamismo e positivismo face às recomendações apresentadas pelo Grupo Internacional. Neste sentido o Presidente pediu ao Engº Leitão para elaborar um texto de modo a ilustrar a competência SUS dentro do consórcio BIOPOLIS.

Durante a reunião fizeram-se alguns comentários sobre o processo da redução de moradas, tendo o Engº Leitão manifestado a sua preocupação quanto à dificuldade na concentração de algumas unidades de investigação no pólo Oeiras. Sobre este assunto o Prof. Braga de Macedo referiu a importância do papel dos directores de departamento neste processo aos quais cabe a tarefa de administrar os investigadores dos seus departamentos em função da sua especificidade e do seu interesse.

O Dr. António Melo leu uma carta do Presidente do Conselho Científico, a qual põe em causa o despacho de nomeação do Doutor Luís Pedrosa, tendo ficado acordado responder por esta via. O GPAV e a secretária da reunião retiraram-se depois de se ter acrescentando este ponto à ordem de trabalhos, tendo o teor da carta merecido uma posição de total repúdio por parte da direcção.

Leia o ofício do Presidente do Conselho Científico

Leia a justificação do repúdio da Direcção relativamente ao mesmo ofício